

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS (MPE/TO)

Nome do candidato:

Número do documento de identidade:

Número de inscrição:

Sala:

Sequencial:

Concurso Público

CARGO: PROMOTOR DE JUSTIÇA SUBSTITUTO

Prova Objetiva (P_1)

Aplicação: 12/8/2006

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Ao receber este caderno, confira atentamente os seus dados pessoais transcritos acima. Em seguida, verifique se ele contém cem questões, correspondentes à prova objetiva, corretamente ordenadas de 1 a 100.
- 2 Caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis.
- 3 Não utilize lápis, lapiseira, borracha e(ou) qualquer material de consulta que não seja fornecido pelo CESPE/UnB.
- 4 Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização do chefe de sala.
- 5 Recomenda-se não marcar ao acaso: em cada questão, se a resposta divergir do gabarito oficial definitivo, o candidato receberá pontuação negativa, conforme consta em edital.
- 6 A duração da prova é de **cinco horas**, já incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer da prova — e ao preenchimento da folha de respostas.
- 7 Você deverá permanecer obrigatoriamente em sala por, no mínimo, uma hora após o início da prova e poderá levar o seu caderno de prova somente no decurso dos últimos **quinze minutos** anteriores ao horário determinado para o término da prova.
- 8 Ao terminar a prova, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e deixe o local de prova.
- 9 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes no presente caderno ou na folha de respostas poderá implicar a anulação da sua prova.

AGENDA (DATAS PROVÁVEIS)

- I **15/8/2006**, após as 19 h (horário de Brasília) – Gabaritos oficiais preliminares da prova objetiva: Internet — www.cespe.unb.br/concursos/mpetoprom2006.
- II **16 e 17/8/2006** – Recursos (prova objetiva): exclusivamente no Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso, Internet — www.cespe.unb.br/concursos/mpetoprom2006, mediante instruções e formulários que estarão disponíveis nesse endereço.
- III **13/9/2006** – Resultados final da prova objetiva e provisório das provas escritas: Diário Oficial do Estado do Tocantins e Internet — www.cespe.unb.br/concursos/mpetoprom2006.
- IV **14 e 15/9/2006** – Recursos (provas escritas): exclusivamente no Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso, Internet — www.cespe.unb.br/concursos/mpetoprom2006 —, mediante instruções e formulários que estarão disponíveis nesse endereço.
- V **18/10/2006** – Resultados finais das provas escritas e convocação para a inscrição definitiva no concurso público: locais mencionados no item III.

OBSERVAÇÕES

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o item 16 do Edital n.º 1/2006 – MPE/TO – PROMOTOR, de 9/6/2006.
- Informações adicionais: telefone 0(XX) 61 3448-0100; Internet — www.cespe.unb.br/concursos/mpetoprom2006.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

Nas questões de 1 a 100, marque, em cada uma, a única opção correta, de acordo com o respectivo comando. Para as devidas marcações, use a **folha de respostas**, único documento válido para a correção da sua prova.

PROVA OBJETIVA (P₁)

QUESTÃO 1

Acerca do poder constituinte, julgue os itens que se seguem.

- I Diversamente do que ocorre com as normas constitucionais originárias, as derivadas são passíveis de controle de constitucionalidade, quer na via concentrada, quer por meio de exceção.
- II Uma das funções precípua de uma constituição é a limitação do exercício do poder, a fim de evitar abusos contra as garantias fundamentais e desrespeito a elas. Nessa perspectiva, e também por força da supremacia das normas constitucionais, o exercício do poder constituinte, originário ou derivado, deve pautar-se pelos limites impostos no texto constitucional.
- III Não obstante o poder constituído derive do povo, o exercício daquele esbarra não apenas em limitações explicitamente contidas na Constituição da República, mas também em limitações implícitas.
- IV As constituições podem sofrer mudança por meio informal.

A quantidade de itens certos é igual a

- A 1.
- B 2.
- C 3.
- D 4.

QUESTÃO 2

Com respeito à interpretação e à aplicabilidade das normas constitucionais, assinale a opção correta.

- A A supremacia das normas constitucionais relativamente às demais, em determinado ordenamento jurídico, consiste, essencialmente, em supremacia formal.
- B No direito constitucional brasileiro, ocorre repriminção quando o Supremo Tribunal Federal (STF) julga inconstitucional uma norma que revogara outra, por ser a norma revogada incompatível com a revogadora.
- C O direito brasileiro aceita a *vacatio legis*, mas não admite a *vacatio constitutionis*.
- D A jurisprudência do STF não admite a tese da possibilidade de normas constitucionais inconstitucionais. Isso significa que, se o intérprete da constituição se deparar com duas ou mais normas aparentemente contraditórias, caber-lhe-á compatibilizá-las, de modo a que ambas continuem a considerar-se vigentes.

QUESTÃO 3

Com referência ao controle de constitucionalidade, julgue os itens abaixo.

- I Se o procurador-geral da República ajuizar ação direta de inconstitucionalidade contra ato normativo piauiense e o pedido for julgado procedente, o acórdão do STF deverá ser comunicado ao Senado Federal, para que, após publicar-se resolução, tenha efeito *erga omnes*.
- II Os órgãos judiciais do estado do Piauí detêm competência para apreciar a constitucionalidade de lei ou ato normativo federal em face da Constituição da República.
- III Como normas jurídicas que são, as súmulas do STF constituem atos passíveis de controle concentrado de constitucionalidade.
- IV Importante limitação para o controle de constitucionalidade por parte do Superior Tribunal de Justiça (STJ) está em ele não possuir competência para o controle concentrado de constitucionalidade. Além disso, a parte que, em um processo, interpuser recurso especial não deverá utilizá-lo para discutir a constitucionalidade de normas jurídicas. Observadas essas e outras restrições, o STJ, como outros tribunais, pode exercer o controle de constitucionalidade.

A quantidade de itens certos é igual a

- A 1.
- B 2.
- C 3.
- D 4.

QUESTÃO 4

Em relação aos princípios, direitos e garantias fundamentais, julgue os itens a seguir.

- I Pessoa jurídica pode impetrar *habeas corpus*, ação que pode ter caráter preventivo ou repressivo. No caso de *habeas corpus* impetrado contra ato de promotor de justiça, a competência será do tribunal de justiça.
- II Não existem direitos nem garantias absolutos, o que implica a possibilidade de limites constitucionais e infraconstitucionais a eles, inclusive no que tange aos direitos e garantias fundamentais. Essas limitações, contudo, também devem observar certos parâmetros, como a preservação do núcleo daqueles direitos e garantias e o princípio da proporcionalidade.
- III A proibição legal de impetrar mandado de segurança contra ato de que caiba recurso administrativo é consequência da regra constitucional segundo a qual a via administrativa deve ser esgotada antes de o particular valer-se do recurso ao Poder Judiciário.
- IV O direito constitucional à vida, no Brasil, abrange apenas sua forma extra-uterina.

Estão certos apenas os itens

- A I e II.
- B I e III.
- C II e IV.
- D III e IV.

QUESTÃO 5**Empresário acusa mais três *sanguessugas***

O interrogatório sigiloso do empresário Darci Vedoin à justiça federal no Mato Grosso revela, em detalhes, o suposto envolvimento no chamado Escândalo das Sanguessugas de mais três deputados federais que não são investigados até agora nem pela comissão parlamentar de inquérito (CPI) a respeito do assunto nem pelo STF. Os três são acusados por Darci de terem acertado propina de 10% em relação ao valor das verbas do orçamento que direcionariam, por meio de emendas, para que prefeituras adquirissem ambulâncias superfaturadas de empresas ligadas à máfia.

Folha de S. Paulo, 2/8/2006, p. A5 (com adaptações).

O texto acima se refere à chamada Máfia das *Sanguessugas*, uma possível quadrilha que proporia emendas à lei orçamentária para direcionar recursos federais a prefeituras. Estas, por sua vez, com os recursos, adquiririam ambulâncias superfaturadas, de empresas ligadas ao esquema. Em face do texto e considerando as normas aplicáveis à organização dos poderes, assinale a opção correta.

- Ⓐ Caso o Ministério Público (MP) ofereça denúncia contra os deputados federais, referidos no texto, ela deverá ser apreciada pelo STF; o mesmo se aplicaria, nessa situação, na hipótese de ajuizamento de ação por improbidade administrativa, a qual caberia ao procurador-geral da República.
- Ⓑ Considere a seguinte situação hipotética.
Um promotor de justiça recebeu os autos da investigação de uma CPI, cujo relatório final considerou haver provas suficientes para a responsabilização de certas pessoas por crime contra a administração pública.
Nessa situação, deverá o membro do MP oferecer, de imediato, a competente denúncia, deixando para o Poder Judiciário toda análise acerca da culpabilidade dos envolvidos e das provas reunidas pela comissão, ao término do devido processo legal.
- Ⓒ Se o membro de uma CPI relacionada com a notícia declarasse à imprensa que determinado parlamentar, supostamente envolvido com o escândalo, era “ladroão” e “peculatório”, o primeiro não poderia ser criminalmente responsabilizado, ainda que o ofendido pudesse provar a falsidade da invectiva, em exceção da verdade.
- Ⓓ Uma vez que detêm poderes investigatórios próprios das autoridades judiciais, as CPIs podem decretar medidas de cunho cautelar análogas às cabíveis no processo penal. Desse modo, se houver elementos que amparem o ato, diante de uma dada situação concreta e mediante adequada justificação, essas comissões podem decretar a condução coercitiva de testemunhas, buscas e apreensões, quebras de sigilo, indisponibilidade de bens e prisão temporária (embora não a preventiva).

QUESTÃO 6

No que concerne à organização do Estado, assinale a opção correta.

- Ⓐ Devido ao fato de o Brasil ser país federativo, em que os estados-membros e municípios detêm autonomia com fundamento constitucional, o legislador constituinte estadual pode criar, desmembrar ou remembrar municípios no respectivo território, bastando que siga os procedimentos previstos na própria constituição do estado.
- Ⓑ A despeito da autonomia que a Constituição assegura aos estados-membros, na Federação brasileira, estes não podem validamente adotar um Poder Legislativo de feição bicameral nem um processo legislativo essencialmente dissociado dos moldes aplicáveis à órbita da União.
- Ⓒ Em decorrência do princípio da legalidade, os atos administrativos em geral não são imputáveis à pessoa natural que os praticou, mas ao órgão ou ente em nome do qual atuou o agente público.
- Ⓓ Considere a seguinte situação hipotética.
Um órgão público construiu prédio para sua sede, e o presidente do órgão deliberou denominar o bem público em homenagem a seu genitor, ainda vivo, sob o argumento de que este prestara relevantes serviços à sociedade.
Nessa situação, desde que verdadeiros os fatos nos quais baseado o ato de denominação do prédio, isso seria perfeitamente compatível com os princípios constitucionais.

QUESTÃO 7

No que diz respeito à organização dos poderes, assinale a opção correta.

- Ⓐ Em termos de competência criminal, é correto afirmar que existe incoerência no modelo da Constituição da República, pois os deputados estaduais são, como regra, julgados pelos tribunais de justiça, ao passo que os membros dos tribunais de contas — órgãos auxiliares das assembleias legislativas — são julgados pelo STJ.
- Ⓑ A única participação do Poder Executivo no processo legislativo consiste na possibilidade de vetar o projeto de lei aprovado pelo Poder Legislativo.
- Ⓒ Considere a seguinte situação hipotética.
Um projeto de lei foi aprovado contendo o seguinte artigo: “Art. 5.º No caso de inadimplemento do mútuo a que se refere esta lei, o credor poderá requerer a execução do contrato, na forma do Código de Processo Civil, e a prisão civil do devedor.”
Nessa situação, é correto afirmar a inconstitucionalidade da expressão “e a prisão civil do devedor”, de modo que caberia ao presidente da República vetar tão-somente essa parte do artigo.
- Ⓓ Se um juiz de direito e um juiz federal se entenderem simultaneamente competentes ou incompetentes para julgar determinado litígio, em um mesmo estado da Federação, a competência para dirimir o conflito será do tribunal regional federal com jurisdição na região.

QUESTÃO 8

No que respeita ao regime constitucional do MP, assinale a opção correta.

- A** De acordo com o entendimento predominante na jurisprudência atual, o MP está legitimado a ajuizar ação civil pública para atacar tributos que padeçam de inconstitucionalidade, pois, assim fazendo, o órgão busca obrigar a administração pública a observar os direitos e garantias fundamentais e as normas constitucionais concernentes à administração e à ordem tributária.
- B** Os membros do MP aprovados em concurso público somente adquirem vitaliciedade após aprovação no estágio probatório; se, porém, um membro do MP for nomeado para vaga no chamado quinto constitucional, passará a ter aquela garantia no momento da posse.
- C** Assim como ocorre com o presidente da República, o procurador-geral da República pode ser reconduzido apenas uma vez na função, conquanto não precise desincompatibilizar-se, como aquele.
- D** Se um promotor de justiça e um procurador da República se considerarem simultaneamente competentes para instaurar procedimento investigatório criminal acerca de determinado fato, caberá ao procurador-geral da República decidir o conflito de atribuições que se instaurar para resolver a divergência.

QUESTÃO 9

No referente à defesa do Estado e das instituições democráticas, assinale a opção correta.

- A** Os mecanismos de defesa da Constituição não estão sujeitos a controle de prazo, pois podem vigorar de acordo com apreciação discricionária do presidente da República.
- B** A Constituição de 1988 determina que a polícia federal é a polícia judiciária da União, razão pela qual apenas ela pode investigar fatos que constituam delitos contra o poder público federal, conforme entendimento já firmado pelos tribunais superiores.
- C** A fixação dos pressupostos e requisitos de validade para a decretação dos chamados estados constitucionais de emergência somente pode ser feita pela própria Constituição, não por normas infraconstitucionais.
- D** Com as últimas reformas da Constituição, os militares adquiriram o direito de sindicalizar-se, mas não podem participar de reuniões fora do serviço portando armas.

QUESTÃO 10

Relativamente à ordem econômica, financeira e social, julgue os itens que se seguem.

- I Considerando o princípio da equivalência entre as contribuições para a previdência social e os benefícios por esta assegurados e o fato de que nem todos os indivíduos podem ou desejam contribuir para o sistema público de previdência, é juridicamente correto afirmar que a seguridade social não visa à universalidade de sua cobertura.
- II Devido à importante participação das verbas federais na manutenção do Sistema Único de Saúde e à necessidade de acompanhamento e tomada de contas da aplicação desses recursos, dito sistema tem gestão centralizada em órgão próprio do Ministério da Saúde.
- III São fontes de financiamento da seguridade social: recursos dos orçamentos da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios; contribuições sociais do empregador, da empresa e da entidade a ela equiparada na forma da lei, incidentes sobre a folha de salários e demais rendimentos do trabalho; contribuições sociais do trabalhador e dos demais segurados; contribuições sociais sobre a receita de concursos de prognósticos.
- IV Se bem que as empresas públicas e as sociedades de economia mista tenham personalidade jurídica de direito privado e não possam gozar de privilégios fiscais diversos dos das empresas do setor privado, aqueles entes estão sujeitos a diversas normas de direito público e a princípios da administração pública.

Estão certos apenas os itens

- A** I e II.
- B** I e IV.
- C** II e III.
- D** III e IV.

QUESTÃO 11

Acerca dos princípios do direito administrativo, julgue os itens seguintes.

- I Apesar do princípio da publicidade e do direito de acesso do cidadão a dados a seu respeito, nem toda informação pode ser transmitida ao interessado, mesmo que se relacione com sua pessoa.
- II Os princípios do direito administrativo são monovalentes, isto é, aplicam-se exclusivamente a esse ramo do direito.
- III A despeito do princípio da supremacia do interesse público, nem sempre o interesse público secundário deverá prevalecer sobre o direito de um cidadão individualmente considerado.
- IV O princípio da presunção de legitimidade dos atos administrativos abrange apenas os aspectos jurídicos desses atos, mas não diz respeito aos fatos nos quais eles supostamente se basearam.

Estão certos apenas os itens

- A** I e III.
- B** I e IV.
- C** II e III.
- D** II e IV.

QUESTÃO 12

No exercício ou em razão do poder de polícia, a administração pública

- A** não pode cobrar tributo.
- B** pode restringir direitos fundamentais.
- C** exerce atividade dedicada à identificação da autoria e da materialidade de delitos, desde que observada a legislação processual penal aplicável.
- D** não pode empregar coercibilidade, em respeito aos direitos individuais.

QUESTÃO 13

Com referência aos atos administrativos, julgue os itens subseqüentes.

- I Devido à garantia fundamental do devido processo legal e do acesso ao Poder Judiciário, a administração pública não pode, ela própria, diretamente, compelir um cidadão à prática de um ato ou a sofrer os efeitos de um ato seu.
- II O Poder Judiciário não tem competência para revogar atos administrativos praticados pelos órgãos e entes do Poder Executivo.
- III Não obstante a plena vigência e aplicabilidade do princípio da legalidade, um ato administrativo inválido pode produzir efeitos jurídicos.
- IV Quando se concluir o processo de formação de um ato administrativo válido, seus efeitos devem produzir-se de imediato.

A quantidade de itens certos é igual a

- A** 1.
- B** 2.
- C** 3.
- D** 4.

QUESTÃO 14

Em relação ao regime jurídico das licitações, assinale a opção correta.

- A** Por força dos princípios da economicidade e da finalidade, que têm assento constitucional, o julgamento das licitações deve sempre privilegiar a obtenção da melhor proposta, considerada sob o enfoque econômico.
- B** No caso de contratações complexas, em que haja objetos com diferentes características, deve o administrador combinar, de maneira adequada, uma ou mais modalidades de licitação, conforme se mostre necessário, com a cautela de sempre adotar os procedimentos que ensejem a maior competitividade e a mais ampla participação possível dos interessados.
- C** O ato final do procedimento de licitação, mediante o qual o poder público atribui o objeto do contrato ao licitante vencedor, denomina-se homologação.
- D** Em determinados casos, a dispensa de licitação pode ocorrer de maneira válida, independentemente do valor da contratação.

QUESTÃO 15

No que concerne aos contratos administrativos, assinale a opção correta.

- A** Em virtude do princípio *pacta sunt servanda*, a administração pública não pode rescindir unilateralmente um contrato administrativo.
- B** Se o poder público necessitar adquirir, para compor o acervo de um museu, um objeto histórico do qual somente exista um exemplar, estará autorizado a contratar diretamente com o proprietário, mediante dispensa de licitação.
- C** A nota de empenho pode ser instrumento idôneo para consubstanciar a formalização de um contrato administrativo.
- D** Por força do princípio do controle e da necessidade de segurança jurídica, o poder público não pode realizar contratos verbais no direito brasileiro.

QUESTÃO 16

No que diz respeito aos serviços públicos, assinale a opção correta.

- A** Nas concessões de serviço público, o Estado pode impor à concessionária a redução da tarifa cobrada dos usuários, a depender das circunstâncias.
- B** No direito brasileiro, para determinada atividade ser tida como serviço público, é necessária a conjunção de três elementos: o subjetivo (referente à pessoa jurídica que realiza a atividade), o material (concernente à atividade propriamente dita) e o formal (relativo ao regime jurídico aplicável).
- C** No Brasil atual, os serviços de segurança podem ser corretamente classificados como serviço público impróprio, porquanto também são prestados por empresas privadas e até por particulares.
- D** No vigente regime jurídico das concessões, não é admissível a figura da encampação.

QUESTÃO 17

No que respeita aos bens públicos, julgue os seguintes itens.

- I A desafetação de um bem público nem sempre depende de ato administrativo.
- II Um bem público pode ter uso anormal por um particular, sem que isso fira a lei brasileira.
- III A alienação de um bem público depende, invariavelmente, de licitação.
- IV São características da autorização de uso de bem público, em geral: a precariedade, a transitoriedade, a dispensa de licitação e de autorização legislativa e a criação de simples faculdade de uso da coisa por parte do interessado.

A quantidade de itens certos é igual a

- A** 1.
- B** 2.
- C** 3.
- D** 4.

QUESTÃO 18

No que tange ao controle da administração pública e à responsabilidade civil do Estado, assinale a opção correta.

- A Se determinado ato administrativo for passível de controle por parte de tribunal de contas, não se justificará a atuação do MP, a fim de evitar superafetação.
- B Se, no exercício da função pública, um servidor causar dano a particular, o ente público correspondente responderá de maneira objetiva pela indenização cabível; isso não significará, porém, que o agente público causador do dano deva necessariamente compor a relação processual da ação ocasionalmente instaurada para a reparação do dano.
- C Em se tratando de atos administrativos praticados no exercício do poder discricionário, não deve o Poder Judiciário procurar perscrutar os motivos que levaram o administrador a praticá-lo, porquanto isso significaria indevida ingerência daquele poder no âmbito das competências administrativas do Poder Executivo.
- D No Brasil, sobremodo a partir da Constituição de 1988, a responsabilidade civil do Estado passou a ser de caráter exclusivamente extracontratual.

QUESTÃO 19

No referente à desapropriação e à improbidade administrativa, assinale a opção correta.

- A A declaração para fins de desapropriação caducará após cinco anos, quando a finalidade for a utilidade ou necessidade pública, e em dois anos, quando destinada ao interesse social; em ambos os casos, nova declaração para fins expropriatórios somente poderá incidir sobre o mesmo bem após um ano.
- B A fim de não se configurar choque de interesses públicos, o direito brasileiro estabelece que os bens públicos não são passíveis de desapropriação.
- C Devido à circunstância de a Constituição de 1988 rotular como administrativos os atos de improbidade, estes não podem gerar punição a particulares, isto é, pessoas que funcionalmente não detenham a qualidade de servidor público.
- D Todas as formas de improbidade administrativa previstas na lei própria, a Lei n.º 8.429/1992, correspondem a tipos penais contra a administração pública.

QUESTÃO 20

Relativamente ao regime jurídico do MP, julgue os itens abaixo.

- I O procurador-geral de justiça é órgão de administração do MP, não de execução.
- II Por se tratar de ação destinada a tutelar direitos dos réus e investigados no processo penal, o membro do MP não tem legitimidade para impetrar *habeas corpus*.
- III O corregedor-geral do MP pode ser destituído pelo Colégio de Procuradores de Justiça, em certos casos.
- IV Na atuação processual, o membro do MP não precisa, necessariamente, aguardar a remessa dos autos por parte do juiz que dirigir o feito, pois, se aquele constatar hipótese que lhe imponha a atuação, poderá ingressar de ofício no curso do processo.

Estão certos apenas os itens

- A I e II.
- B I e III.
- C II e IV.
- D III e IV.

QUESTÃO 21

Acerca das causas de extinção da punibilidade, assinale a opção correta.

- A De acordo com o entendimento do STF, é possível a revogação da decisão que extinguiu a punibilidade do réu, com base em certidão de óbito falsa, por inexistência de coisa julgada em sentido estrito, visto que tal decisão é meramente declaratória, não subsistindo se seu pressuposto for falso.
- B O decreto de indulto coletivo é auto-executável, isto é, produz efeitos por si mesmo, prescindindo de avaliação judicial ou oitiva do MP.
- C No caso de indulto condicional, o condenado deve apresentar bom comportamento durante certo período, que normalmente é de dois anos, sob pena de não ser reconhecido o perdão concedido, situação em que o indulto perde a eficácia e o condenado volta a cumprir a pena. No período determinado como condição, a superveniência de decisão condenatória que imponha pena restritiva de direitos impede o aperfeiçoamento do indulto.
- D A anistia ocorre apenas após a condenação definitiva, pode ser condicionada ou não e destina-se a crimes políticos ou comuns, sendo vedada para crimes hediondos, tortura, tráfico ilícito de entorpecentes e terrorismo.

QUESTÃO 22

Considerando entendimentos recentes do STJ, assinale a opção correta.

- A A condição de sócio-proprietário de empresa, ainda que não comprovada a relação de causa e efeito entre as imputações, é suficiente para configurar a responsabilidade objetiva em relação a crime contra o meio ambiente, consubstanciado em poluição sonora pela promoção de *shows* ao vivo, com utilização de equipamentos de alta potência, o que importa em produção de sons além dos limites permitidos.
- B Em face da inexistência de vaga em casa de albergado, é possível ao condenado o cumprimento de pena, provisoriamente, em regime mais gravoso.
- C Responde o agente por crime de estelionato na chamada cola eletrônica em exames vestibulares, consistente no fornecimento, mediante paga, de gabarito de prova, por meio de comunicação por dispositivo eletrônico, com o fim de possibilitar o ingresso de pessoas em cursos de nível superior.
- D Em caso de crime de furto praticado em concurso de pessoas, admite-se a aplicação, por analogia, da norma do art. 157, § 2.º, II, do Código Penal, que trata da causa de aumento de pena no crime de roubo praticado em concurso de pessoas.

QUESTÃO 23

Sobre os princípios do direito penal, aplicáveis ao conflito aparente de normas, assinale a opção correta.

- Ⓐ Se um sujeito tem o dolo de causar lesão leve em outra pessoa, mas, após a consumação do ato, resolve causar-lhe lesões graves e, após a consumação desse crime, resolve ainda matar a vítima, também consumando o crime, haverá progressão criminosa, devendo o agente responder por todos os crimes em concurso material, haja vista a diversidade de desígnios.
- Ⓑ Quando o falso se exaure no estelionato, sem mais potencialidade lesiva, ele é por este absorvido, aplicando-se o princípio da consunção, na modalidade *antefactum* não punível.
- Ⓒ No conflito aparente entre os crimes de constrangimento ilegal e seqüestro, aplica-se o princípio da especialidade, *lex specialis derogat generali*, devendo, portanto, o agente responder apenas pelo crime de constrangimento ilegal, haja vista ser norma mais benéfica ao réu.
- Ⓓ Considere que um indivíduo furte o som de um automóvel e posteriormente o venda a terceiro, que sabe da origem ilícita do bem. Nessa situação, o autor do furto responderá pelo furto e por participação na receptação.

QUESTÃO 24

Rosivaldo foi denunciado como incurso nas penas do art. 14 da Lei n.º 10.826/2003, imputando-lhe o MP a conduta de portar, sem a devida autorização e contra a legislação em vigor, arma de fogo de uso permitido.

Considerando a situação hipotética acima, assinale a opção correta.

- Ⓐ Entende o STJ que ocorreu, com a nova lei, *abolitio criminis* temporária em relação à posse de arma, no prazo de 180 dias após a publicação da lei mencionada.
- Ⓑ A lei não ressalva o porte de arma em relação às empresas de segurança privada, de forma que, mesmo se estivesse na situação apresentada, a serviço de empresa de segurança privada, Rosivaldo responderia normalmente pelo crime.
- Ⓒ O crime praticado por Rosivaldo, nos termos da lei, é inafiançável em qualquer hipótese.
- Ⓓ A conduta de transportar arma de fogo de uso permitido tem pena mais severa do que a praticada por Rosivaldo.

QUESTÃO 25

Lei n.º 6.368, de 1976.

Art. 18. As penas dos crimes definidos nesta Lei serão aumentadas de um terço a dois terços:

(...)

III – se qualquer deles decorrer de associação ou visar a menor de vinte e um anos ou a pessoa com idade igual ou superior a sessenta anos ou quem tenha, por qualquer causa, diminuída ou suprimida a capacidade de discernimento ou de autodeterminação.

Acerca do crime de tráfico de entorpecentes, na modalidade associativa prevista no dispositivo supracitado, assinale a opção correta.

- Ⓐ No caso em apreço, cuida-se de associação permanente, de acordo com o recente entendimento adotado pelo STJ.
- Ⓑ De acordo com o recente entendimento adotado pelo STJ, para a incidência da majorante do artigo acima, não é necessário que a associação tenha ocorrido com menor, incapaz ou maior de 60 anos.
- Ⓒ Ao fazer a dosimetria da pena, em caso de crime que vise a maior de 60 anos, o juiz poderá aplicar a circunstância agravante do art. 61, inciso II, alínea h, do Código Penal (“ter o agente cometido o crime contra maior de 60 anos”), não havendo *bis in idem*, por serem diversas as fases de aplicação da pena.
- Ⓓ Na redação do inciso transcrito, é indiferente, para a interpretação do dispositivo legal, o emprego da conjunção alternativa “ou” ou da conjunção aditiva “e”.

QUESTÃO 26

Considere que determinado motorista, em estado de embriaguez, dirija de madrugada, seu veículo, em velocidade acima da permitida, e venha a causar acidente automobilístico que resulte na morte de um pedestre. Nessa circunstância, de acordo com o atual entendimento do STJ, o motorista deverá responder penalmente por

- Ⓐ homicídio doloso, na modalidade dolo eventual.
- Ⓑ homicídio doloso, na modalidade dolo alternativo.
- Ⓒ homicídio doloso, na modalidade dolo direto de segundo grau.
- Ⓓ homicídio culposo.

QUESTÃO 27

À luz dos dispositivos da Lei n.º 7.210/1984, assinale a opção correta.

- A O tempo de isolamento ou inclusão preventiva no regime disciplinar diferenciado não será computado no período de cumprimento da sanção disciplinar.
- B Constituem sanções disciplinares: advertência verbal, repreensão, suspensão e restrição de direitos, isolamento na própria cela ou em local adequado e inclusão no regime disciplinar diferenciado, sendo que as duas primeiras serão aplicadas por ato motivado do diretor do estabelecimento e as demais, somente por prévio e fundamentado despacho do juiz da execução criminal.
- C As faltas disciplinares previstas na lei de execução penal classificam-se em leves, médias e graves, punindo-se a tentativa com a mesma sanção correspondente à falta consumada.
- D O condenado a pena privativa de liberdade comete falta média ao provocar acidente de trabalho.

QUESTÃO 28

Bruno, dono de uma loja de armas, em conduta lícita, vendeu um revólver, sem saber das intenções relativas ao uso da arma, a Daniel, que possui porte legal de arma em razão de seu cargo. Com a arma comprada, Daniel, intencionalmente, matou a tiros sua ex-mulher Letícia.

Com base na situação hipotética apresentada, assinale a opção correta.

- A Pela teoria da equivalência das condições, a conduta de Bruno não é causa do resultado morte de Letícia.
- B Pela teoria da causalidade adequada, a conduta de Bruno é considerada causa idônea à produção do resultado.
- C Pela imputação objetiva, difundida especialmente por Günter Jakobs e adotada na Alemanha e Espanha, Bruno responderá pelo resultado morte como partícipe do crime.
- D O Código Penal brasileiro adota a teoria da equivalência das condições, desde que presente o elemento subjetivo ou normativo do tipo.

QUESTÃO 29

Assinale a opção correta no que se refere à teoria da pena e aos crimes contra a administração pública.

- A No peculato doloso, é causa de redução da pena, nos limites de um terço até a metade, a reparação do dano até a sentença penal condenatória transitada em julgado.
- B No peculato culposo, a reparação do dano antes do trânsito em julgado da sentença penal condenatória é causa de extinção da punibilidade do agente.
- C No peculato culposo, a reparação do dano após o trânsito em julgado da sentença penal condenatória não interfere na pena imposta ao agente.
- D O benefício do arrependimento posterior não se aplica aos crimes contra a administração pública, em face do caráter indisponível dos bens públicos.

QUESTÃO 30

Considerando os crimes contra a administração pública, assinale a opção correta.

- A O crime de concussão é formal, não se exigindo, para a sua consumação, a efetiva obtenção da indevida vantagem pelo agente.
- B No crime de modificação ou alteração não autorizada de sistema de informações, a ocorrência de dano à administração pública é mero exaurimento, configurando-se assim *post factum* impunível.
- C Configura-se o crime de advocacia administrativa quando o funcionário público patrocina, direta ou indiretamente, interesse privado perante a administração pública, valendo-se de sua função. Em relação à pena aplicada, a legitimidade do interesse patrocinado é indiferente.
- D Todos os crimes contra a administração pública admitem a tentativa e a modalidade culposa.

QUESTÃO 31

Assinale a opção correta à luz da parte geral do Código Penal.

- A Nos crimes preterdolosos, aplica-se o disposto no art. 19 do Código Penal, segundo o qual, pelo resultado que agrava especialmente a pena, só responde o agente que o houver causado ao menos culposamente. Em tal modalidade de delito, admite-se a tentativa.
- B Considere que uma mulher vá a uma loja de departamentos e tente subtrair, para si, uma calça *jeans*, colocando-a em uma sacola. Ao sair, a mulher é presa em flagrante, visto que o alarme da loja dispara devido a dispositivo antifurto preso à calça. Nessa hipótese, essa mulher responderá por crime de furto consumado.
- C Na *aberratio ictus* com unidade complexa, aplica-se a regra do concurso formal perfeito quanto ao resultado.
- D No concurso formal, as penas serão aplicadas cumulativamente, se a ação ou omissão é dolosa ou culposa e os crimes concorrentes resultam de desígnios autônomos.

QUESTÃO 32

Em cada uma das opções abaixo, é apresentada uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada. Assinale a opção correspondente à assertiva correta.

- Ⓐ Petrônio ministrou determinada substância entorpecente a Teresa, que contava com dezenove anos de idade, contra a vontade da jovem. Em seguida, aproveitando-se da situação em que a vítima se encontrava, manteve com ela conjunção carnal, sem violência ou grave ameaça. Nessa situação, em relação ao crime contra os costumes, Petrônio praticou crime de estupro com violência presumida.
- Ⓑ César induziu Luciano a cometer suicídio, além de auxiliá-lo nesse ato, entregando-lhe as chaves de um apartamento localizado no 19.º andar de um prédio. Luciano, influenciado pela conduta de César, jogou-se da janela do apartamento, mas foi salvo pelo Corpo de Bombeiros, vindo a sofrer lesões leves em decorrência do evento. Nessa situação, César praticou crime de induzimento, instigação ou auxílio a suicídio.
- Ⓒ Com intenção de matar Suzana, Geraldo desferiu contra ela três tiros de arma de fogo, sem, contudo, conseguir atingi-la, por erro de pontaria. Nessa situação, Geraldo responderá por tentativa de homicídio, na modalidade tentativa cruenta.
- Ⓓ Pablo deixou, por esquecimento, de pagar a pensão alimentícia, judicialmente fixada, a seu filho André. Nessa situação, Pablo responderá por abandono material, na modalidade culposa, consistente na negligência.

QUESTÃO 33

De acordo com o entendimento sumulado do STJ, assinale a opção correta.

- Ⓐ É inadmissível a adoção do regime prisional semi-aberto aos reincidentes condenados a pena igual ou inferior a quatro anos.
- Ⓑ Para que o juiz decrete a regressão de medida socioeducativa, é desnecessária a oitiva do menor infrator, bastando para tanto a oitiva do membro do MP.
- Ⓒ A reincidência não influi no prazo da prescrição da pretensão punitiva.
- Ⓓ Consuma-se o crime de extorsão com a obtenção da vantagem indevida.

QUESTÃO 34

Lurdes subtraiu um passe de ônibus de Camila, utilizando-se de uma arma de brinquedo para ameaçar a vítima. A ação foi inteiramente monitorada por policiais que se encontravam no cenário do crime, os quais prenderam a agente em flagrante, lavrando termo de restituição do objeto apreendido à vítima.

Com base na situação hipotética apresentada, assinale a opção correta.

- Ⓐ Lurdes responderá por roubo qualificado pelo emprego de arma de fogo.
- Ⓑ De acordo com recente entendimento do STF, Lurdes responderá por crime de roubo tentado, embora se tenha apoderado da *res furtiva*.
- Ⓒ É pacífico o entendimento de que o juiz, ao sentenciar o caso, poderá aplicar o princípio da insignificância.
- Ⓓ O monitoramento da ação de Lurdes pelos policiais não influi na consumação do crime.

QUESTÃO 35

Anderson foi abordado por um policial militar encarregado de vistoria de trânsito e recusou-se a exibir seus documentos e os do veículo automotor que dirigia.

Com base nessa situação, assinale a opção correta.

- Ⓐ Anderson praticou crime de desacato.
- Ⓑ Anderson não praticou crime, visto que não é obrigado a produzir provas contra si mesmo.
- Ⓒ A conduta de Anderson está sujeita apenas à sanção prevista no art. 238 do Código de Trânsito Brasileiro, a qual se refere à recusa de entrega à autoridade de trânsito ou a seus agentes, mediante recibo, dos documentos de habilitação, de registro, de licenciamento de veículo e outros exigidos por lei, para averiguação de sua autenticidade.
- Ⓓ Anderson praticou crime de desobediência.

QUESTÃO 36

Sobre o inquérito policial, assinale a opção **incorreta**.

- Ⓐ No caso de crime sujeito à ação penal pública condicionada, a requisição do ministro da Justiça ou a representação do ofendido para instauração do inquérito é condição de procedibilidade: sem ela, a autoridade policial não pode dar início ao inquérito.
- Ⓑ Nos casos de crimes de tráfico de entorpecentes, o prazo de conclusão do inquérito policial é de quinze dias se o indiciado estiver preso. Esse prazo pode ser duplicado pelo juiz, mediante pedido justificado da autoridade policial.
- Ⓒ É possível o desarquivamento do inquérito policial caso haja notícias de novas provas. No entanto, para dar início à ação penal, em tal caso, exige o STF a efetiva produção de novas provas.
- Ⓓ O inquérito policial tem como característica a oficialidade, o que significa dizer que os órgãos da persecução criminal agem de ofício, exceto nos casos de crimes sujeitos a ações penais públicas condicionadas ou privadas.

QUESTÃO 37

Com relação a competência no processo penal, e considerando o entendimento sumulado do STJ, assinale a opção correta.

- A** Considere a seguinte situação hipotética.
Ronaldo emitiu, na cidade de Goiatins, um cheque sem provisão de fundos. Juan, que recebeu esse cheque em pagamento de um carro, apresentou-o ao banco de Palmas, que o recusou por insuficiência de fundos.
Nessa situação, adotando-se a teoria da atividade, é competente para processar e julgar o crime praticado por Ronaldo o juízo da comarca de Goiatins, visto que este foi o local da consumação do crime.
- B** Considere a seguinte situação hipotética.
Roberto, policial militar em serviço, submeteu Léia, pessoa sob sua guarda, a vexames e constrangimentos não autorizados em lei.
Nessa situação, é competente para processar e julgar o crime cometido por Roberto a justiça militar.
- C** Considere a seguinte situação hipotética.
O policial militar Lúcio facilitou a fuga de um preso do respectivo estabelecimento penal.
Nessa situação, compete à justiça militar processar e julgar o crime cometido por Lúcio.
- D** Competem à justiça estadual comum o processo e o julgamento de contravenção penal praticada contra bens, serviços ou interesses da União.

QUESTÃO 38

Considerando o indiciamento em inquérito policial por prática de crime de lavagem de dinheiro, definido na Lei n.º 9.613/1998, assinale a opção correta.

- A** É cabível o bloqueio cautelar do dinheiro apreendido, reputado como objeto do crime de lavagem, sendo um dos fundamentos do cabimento de tal medida assecuratória a coibição da continuidade delitiva.
- B** A lei em apreço prevê a substituição dos bens apreendidos, de forma que o indiciado possa, caso deferido o pedido pelo juiz, substituir o dinheiro bloqueado por garantia fidejussória, visto que o dinheiro é bem fungível.
- C** De acordo com a mencionada lei, a medida assecuratória de bloqueio cautelar do dinheiro apreendido será levantada caso a ação penal não seja iniciada no prazo de trinta dias contados da data em que ficar concluída aquela diligência.
- D** O indiciado poderá, a qualquer momento, formular pedido de restituição dos bens bloqueados perante o juiz, que decidirá após a oitiva do representante do MP, sendo prescindível, para tanto, o comparecimento pessoal do acusado.

QUESTÃO 39

Marlene foi denunciada pelo MP como incurso nas penas do art. 312 do Código Penal, por ter praticado crime de peculato doloso, mas foi condenada pelo magistrado de primeiro grau pela prática de peculato culposo.

Com base nessa situação hipotética e considerando o entendimento do STF, assinale a opção **incorreta**.

- A** Nesse caso, não houve *mutatio libelli*, que ocorre quando, durante a instrução criminal, resta configurada a prática de crime cujos dados elementares não foram descritos, sequer de modo implícito, na denúncia.
- B** Ocorrendo situação de *mutatio libelli*, em obediência ao preceito constitucional da ampla defesa, deve o magistrado oportunizar vistas à defesa.
- C** Nessa situação, não se aplica o princípio *pas de nullité sans grief*, para não se anular o ato que desclassificou a infração atribuída a Marlene a fim de lhe atribuir delito menos grave, visto que há norma específica sobre o caso no Código de Processo Penal (CPP).
- D** Ocorreu, na hipótese mencionada, situação de *emendatio libelli*, pois os fatos narrados na denúncia são os mesmos da sentença penal condenatória, havendo divergência apenas quanto ao elemento subjetivo do tipo.

QUESTÃO 40

Por ter contraído novo casamento, embora fosse anteriormente casado com pessoa diversa, Júlio está sendo criminalmente processado. No momento da apresentação da defesa prévia, Júlio alegou que tramitava no juízo cível um processo de anulação de seu primeiro casamento. A respeito do crime de bigamia, considerando que a dúvida é séria e fundada, nesse caso, o juiz deverá suspender o processo, visto que se trata de questão prejudicial

- A** obrigatória homogênea.
- B** obrigatória heterogênea.
- C** facultativa homogênea.
- D** facultativa heterogênea.

QUESTÃO 41

Guilherme foi condenado pela prática de crime de homicídio qualificado por motivo fútil, nos termos do art. 121, § 2.º, inciso II, do Código Penal. Em recurso, alegou que jurados convocados de outro plenário foram utilizados em seu julgamento para complementar o número mínimo regulamentar de jurados. Em sua argumentação, alegou que, após o pregão, sua defesa citara a ofensa ao art. 442 do CPP, em face da ausência de *quorum* necessário para a instalação da sessão de julgamento, por estarem presentes apenas onze jurados, quando, então, foram chamados os jurados “emprestados”.

Com referência a essa situação hipotética, assinale a opção correta, de acordo com o posicionamento do STF.

- Ⓐ O recurso manejado por Guilherme não merece prosperar, visto que se encontra preclusa a matéria.
- Ⓑ Se o recurso de Guilherme for provido com base na pretensão nulidade, sua prisão será imediatamente relaxada, ainda que a validade da mesma não tenha sido contestada em sede recursal.
- Ⓒ Os jurados não convocados para aquele julgamento específico não poderiam ser utilizados, tendo-se em conta a necessidade de conhecimento prévio daqueles que poderiam compor o conselho de sentença. Assim, há nulidade absoluta do julgamento e da condenação de Guilherme.
- Ⓓ Não há que se falar em nulidade, visto que as partes tiveram pleno acesso à relação de jurados, com a publicação da lista geral, nos termos dos arts. 439 e 440 do CPP.

QUESTÃO 42

Cíntia foi denunciada, em 20 de fevereiro de 2006, pela prática do crime descrito no art. 12 da Lei n.º 6.368/1976, imputando-lhe o MP a conduta de tráfico de entorpecentes. Após o oferecimento da denúncia, em despacho fundamentado, o juiz recebeu a peça.

Com base nessa situação hipotética, assinale a opção correta de acordo com o entendimento do STF.

- Ⓐ A conduta do juiz está correta, não havendo que se falar em qualquer nulidade. Não se aplica ao caso o procedimento previsto na Lei n.º 10.409/2002, mas o da Lei n.º 6.368/1976.
- Ⓑ A falta de interrogatório do acusado, antes do recebimento da denúncia, não é causa de nulidade processual absoluta, sendo imprescindível a comprovação de prejuízo para a anulação do processo.
- Ⓒ No procedimento da Lei n.º 10.409/2002, não há previsão de apresentação de alegações finais orais.
- Ⓓ A inobservância do rito do art. 38 da Lei n.º 10.409/2002, que assegura o contraditório prévio ao denunciado pelo crime de tráfico de entorpecentes, resulta na nulidade do processo penal, desde o recebimento da denúncia.

QUESTÃO 43

A requerimento de Daniel, vítima de crime sujeito a ação penal privada, foi instaurado inquérito policial em que Élvio foi descoberto e apontado como autor. Em face de tais dados, Daniel ofereceu queixa-crime, no prazo legal, contra Élvio. Todavia, no curso da instrução criminal, isto é, durante a oitiva das testemunhas arroladas, descobriu-se que Flávio praticou o crime em concurso de agentes com Élvio. Nessa situação, indo os autos ao MP com vistas, a conduta a ser corretamente adotada pelo promotor deverá ser

- Ⓐ aditar a queixa para incluir o co-autor Flávio.
- Ⓑ requerer a aplicação do princípio da extensibilidade.
- Ⓒ requerer a extinção da punibilidade de Flávio, em face da renúncia ao direito de queixa.
- Ⓓ requerer a extinção da punibilidade de Élvio e Flávio.

QUESTÃO 44

A respeito da medida assecuratória do seqüestro, assinale a opção correta.

- Ⓐ Transitada em julgado a sentença condenatória, o juiz determinará a avaliação e a venda dos bens seqüestrados em leilão público, sendo o juiz criminal competente para a execução de tal decisão.
- Ⓑ O juiz, ao julgar o processo criminal principal ao qual se refere o seqüestro, extinguindo a punibilidade ou absolvendo o acusado, deverá imediatamente determinar o levantamento do seqüestro.
- Ⓒ Caberá seqüestro dos bens imóveis adquiridos, pelo acusado, com os proveitos da infração, desde que ainda não tenham sido transferidos a terceiros de boa-fé.
- Ⓓ O seqüestro poderá ser determinado em qualquer fase do processo ou mesmo antes do oferecimento da denúncia ou queixa.

QUESTÃO 45

Com base na jurisprudência do STF sobre prisão, assinale a opção **incorreta**.

- Ⓐ Uma vez declarada a nulidade do processo ante a inexistência da defesa prevista na Lei n.º 10.409/2002, não subsiste a custódia do acusado.
- Ⓑ Considere que um indivíduo tenha sido preso em flagrante por crime de roubo qualificado e tenha posteriormente fugido da prisão. Nessa situação, para que ele seja recapturado, é necessária a decretação de sua prisão preventiva, visto que os motivos que ocasionaram a sua prisão em flagrante cessaram.
- Ⓒ A circunstância de os co-réus haverem sido presos em flagrante não respalda a prisão preventiva de outro agente acusado de estar envolvido no crime, mas que não tenha sido surpreendido na prática criminosa.
- Ⓓ A superveniência da sentença condenatória prejudica o *habeas corpus* quando este tiver por objeto o decreto de prisão em flagrante, dado que passa a sentença a constituir novo título para a prisão.

QUESTÃO 46

A respeito de liberdade provisória e fiança, assinale a opção correta.

- A Em caso de quebra da fiança, o réu terá de se recolher à prisão e perderá a integralidade do valor caucionado.
- B Não será concedida fiança ao réu que, em qualquer outro processo, tenha quebrado a fiança concedida.
- C O réu perderá a metade do valor da fiança se, condenado, não se apresentar à prisão.
- D Nos casos em que a fiança tiver sido prestada por meio de hipoteca, a execução será promovida no juízo cível.

QUESTÃO 47

Com relação ao procedimento nos crimes falimentares, assinale a opção correta.

- A A ação penal pelos crimes falimentares é de competência do próprio juiz que decretou a falência.
- B Os crimes falimentares podem ser de ação penal pública incondicionada ou condicionada a representação, a depender do tipo penal.
- C Caso o MP, estando o réu solto ou afiançado, decida aguardar a apresentação da exposição circunstanciada de que trata o art. 186 da Lei n.º 11.101/2005, ele deverá, em seguida, oferecer a denúncia em quinze dias.
- D Se o representante do MP não oferecer denúncia no prazo legal, qualquer credor habilitado ou o administrador judicial poderá oferecer ação penal privada subsidiária da pública, observado o prazo decadencial de três meses.

QUESTÃO 48

Rogério interpôs recurso especial perante o STF, quando deveria tê-lo feito para o STJ. O STF, diante de tal fato, converteu para o STJ o endereçamento que lhe havia sido feito, encaminhando o recurso àquele órgão.

Nessa situação, o STF aplicou o princípio recursal da

- A voluntariedade.
- B conversão.
- C fungibilidade.
- D unirecorribilidade.

QUESTÃO 49

Assinale a opção que **não** reflete, de acordo com o posicionamento do STF, uma hipótese que admite o trancamento da ação penal por intermédio de *habeas corpus*.

- A atipicidade da conduta
- B ausência de justa causa
- C responsabilização penal de dirigentes de pessoa jurídica em caso de crime ambiental
- D inépcia da denúncia

QUESTÃO 50

Considerando o entendimento sumulado do STF acerca dos assuntos a seguir abordados, assinale a opção correta.

- A É possível a imposição, pelo juiz, de regime de cumprimento mais severo do que a pena aplicada permitir, sendo a opinião do julgador, devidamente fundamentada, sobre a gravidade em abstrato do crime, motivação idônea para tanto.
- B Se houver dúvida sobre a imparcialidade do júri, o tribunal de justiça, por intermédio de representação feita de ofício pelo juiz, poderá desaforar o julgamento para comarca ou termo próximo, onde não subsista aquele motivo, ouvido o procurador-geral de justiça, sem necessidade de audiência da defesa.
- C Em procedimento do juizado especial criminal, se estiverem presentes os pressupostos legais para a suspensão condicional do processo, mas o promotor de justiça se recusar a fazer a proposta respectiva, deverá o juiz, por se tratar de direito público subjetivo do réu, efetuar a proposta de suspensão condicional do processo, deixando consignada a recusa do representante do MP.
- D A proibição de liberdade provisória nos processos por crimes hediondos não veda o relaxamento da prisão processual por excesso de prazo.

QUESTÃO 51

A respeito da competência no processo civil, assinale a opção correta.

- A É absoluta a competência do órgão jurisdicional estabelecida segundo o critério funcional, portanto, inderrogável. Por isso, o desmembramento da comarca ou a criação de uma vara especializada na comarca em cujo território se situe imóvel objeto de ação reivindicatória não altera a competência funcional exercida pelo juízo da comarca originária. Trata-se da aplicação do princípio de que a competência absoluta do juízo deve prevalecer sobre a competência relativa fixada pela situação do imóvel.
- B A execução de sentença prolatada em ação de separação judicial que tenha determinado o pagamento do ressarcimento de determinada quantia a título de meação deve ser processada no juízo cível. No caso, por constituir o ressarcimento a título de meação matéria de natureza cível, o juízo de família — sede em que se constitui o título executivo judicial é absolutamente incompetente, em razão da matéria, para processar a referida execução.
- C É competente para a ação de alimentos o foro do domicílio ou da residência do alimentando. Assim, quando os autores forem menores impúberes hipossuficientes, considerando-se que a lei deve ser aplicada com vistas aos fins sociais a que se dirige e por conveniência, a mudança de domicílio do menor e de seu representante legal depois de configurada a relação processual modifica a competência firmada no momento em que a ação é proposta.
- D O foro do domicílio ou da residência do alimentando é o competente para a ação de investigação de paternidade, quando cumulada com a de alimentos, ainda que no curso da lide sobrevenha a maioria do autor, momento a partir do qual cessa, como regra, a obrigação de o suposto pai prestar alimentos.

QUESTÃO 52

A respeito dos recursos no processo civil, assinale a opção correta.

- Ⓐ Os litisconsortes com procuradores diferentes, no momento em que forem intimados da decisão que ensejaria a interposição de eventual recurso, gozam do benefício do prazo em dobro para recorrer. Esse benefício incide, ainda que os advogados sejam do mesmo escritório ou que um dos litisconsortes tenha constituído o procurador judicial por intermédio de substabelecimento sem reserva de poderes.
- Ⓑ Se for interposto recurso de apelação recebido em ambos os efeitos — devolutivo e suspensivo —, a extensão do efeito devolutivo determina-se pela extensão da impugnação do recorrente. Assim, o órgão revisor estará adstrito ao que tiver sido objeto de impugnação no recurso, haja vista a vedação do conhecimento de matéria não prequestionada, ainda que se trate de matéria apreciada de ofício.
- Ⓒ A interposição de qualquer recurso ensejará a produção do efeito devolutivo, consistente na remessa da apreciação da matéria recorrida a um órgão diverso daquele que emitiu o ato jurisdicional impugnado. O recurso, como regra, terá efeito suspensivo, e a eventual ausência desse efeito nos recursos em espécie decorrerá sempre de expressa previsão legal. Nada constando na lei, o recurso produzirá o chamado duplo efeito: devolutivo e suspensivo.
- Ⓓ São cabíveis embargos infringentes contra decisão não-unânime proferida no julgamento de remessa necessária, desde que tenha sido reformada decisão proferida pelo juízo *a quo*.

QUESTÃO 53

A respeito dos princípios fundamentais do processo civil, assinale a opção correta.

- Ⓐ O princípio do devido processo legal assegura ao cidadão o exercício do direito de acesso ao Poder Judiciário e a igualdade das partes da lide, garantindo-lhes o pleno direito de defesa, isto é, iguais faculdades, ônus e deveres.
- Ⓑ O princípio da publicidade obrigatória dos atos no processo traduz-se na exigência da efetiva presença do público às audiências ou sessões de julgamentos, as quais devem realizar-se com portas abertas. Por se tratar de direito fundamental do cidadão, somente a lei, nos casos que enumera taxativamente, admitirá o sigilo e a realização do ato em segredo de justiça.
- Ⓒ O princípio do contraditório é absoluto, submete tanto as partes quanto o juiz e deve sempre ser observado, sob pena de nulidade do processo. Esse princípio significa poder o autor deduzir ação em juízo, alegar e provar fatos constitutivos de seu direito e, quanto ao réu, ser informado sobre a existência e o conteúdo do processo e fazer-se ouvir.
- Ⓓ Nas hipóteses em que se admite a presunção da veracidade de fatos que não chegam a ser objeto de prova, o juiz proferirá a sentença baseando-se na verdade formal. No julgamento em que não seja desconsiderada a verdade real, não se faz necessária a valoração dos demais elementos probatórios e a fundamentação substancial da decisão.

QUESTÃO 54

Quanto ao mandado de segurança individual e coletivo, assinale a opção correta.

- Ⓐ O terceiro prejudicado por decisão judicial prolatada em processo do qual não foi parte pode impetrar mandado de segurança para defender direito violado, desde que a decisão não tenha transitado em julgado e que o recurso cabível contra o ato judicial tenha sido interposto tempestivamente, visto que o *writ* não pode ser utilizado como sucedâneo recursal.
- Ⓑ A sustação da eficácia da decisão liminar em mandado de segurança vigorará até o trânsito em julgado da decisão de mérito na ação principal, e os efeitos da revogação de medida liminar devem ser suportados por quem a requereu. Assim, a parte que a requer fica sujeita à sua cassação, devendo arcar com os consectários decorrentes do atraso ocasionado pelo deferimento da medida.
- Ⓒ É admissível o ingresso de assistente ou de litisconsorte em mandado de segurança coletivo, desde que não tenha decorrido o prazo decadencial, não haja ampliação do objeto da ação e desde que a decisão tenha influência na relação jurídica entre a parte e o adversário da assistida.
- Ⓓ A fluência do prazo decadencial para a propositura de mandado de segurança tem início com a ciência, pelo interessado, do ato impugnado. No entanto, quando o ato impugnado violar direito correspondente a prestação de trato sucessivo, a fluência do prazo decadencial se renova periodicamente.

QUESTÃO 55

A respeito da ação por improbidade administrativa, de acordo com a Lei de Improbidade Administrativa (LIA), assinale a opção correta.

- Ⓐ No juízo de admissibilidade, o julgador somente pode rejeitar a inicial na hipótese de se convencer de que o ato de improbidade não existiu, ou nos casos em que não se fizerem presentes as condições da ação ou, ainda, quando caracterizar-se a inadequação da via eleita.
- Ⓑ A associação de classe, desde que inclua entre suas finalidades institucionais a proteção do patrimônio público social, tem legitimidade para propor ação de improbidade administrativa, sob a alegação de má administração da diretoria de uma empresa pública de direito privado, e requerer, além da aplicação das sanções previstas na lei de regência, o afastamento definitivo da atual diretoria e o do ressarcimento dos danos causados ao erário.
- Ⓒ Se na ação de improbidade por atos que importam enriquecimento ilícito, ou por atos que causam prejuízo ao erário, ou, ainda, por atos que atentam contra os princípios administrativos contidos na LIA, restar configurado o ato de improbidade, ainda que não se prove lesão ao erário público nem conduta dolosa do agente público, este será condenado a ressarcir o erário, bem como às demais sanções previstas, como a perda da função pública e a suspensão dos direitos políticos, entre outras.
- Ⓓ É possível a transação no inquérito civil ou na ação civil pública cujo objeto seja a apuração de improbidade administrativa, desde que o causador do dano ao patrimônio público assuma o compromisso formal de ajustar sua conduta às exigências legais e que o legitimado aceite acordo proposto e requeira a desistência da ação.

QUESTÃO 56

Acerca do litisconsórcio e da intervenção de terceiros no processo civil, assinale a opção correta.

- Ⓐ Na ação de cobrança de uma dívida única em que duas pessoas são credoras solidárias, estas só poderão agir em conjunto, com a formação do litisconsórcio unitário e necessário.
- Ⓑ Tratando-se de litisconsórcio simples ou unitário, o recurso interposto por um dos litisconsortes a todos aproveita, isto é, ocorre a comunicação dos efeitos do recurso a todos os co-litigantes.
- Ⓒ Pela oposição, nasce uma nova demanda intentada por pessoa distinta perseguindo o mesmo bem objeto da ação originária. Forma-se um litisconsórcio necessário passivo entre as partes do processo primitivo. Entretanto, se aquele que poderia intervir como oponente não o fez, ele poderá, como terceiro prejudicado, recorrer da sentença proferida naquela ação, sustentando ser titular da relação jurídica deduzida em juízo ou poderá, ainda, buscar a desconstituição da sentença.
- Ⓓ A nomeação a autoria oportuniza o ingresso da parte legítima no pólo passivo, corrigindo-se, assim, a ilegitimidade passiva da causa. Se for aceita a nomeação, o processo passará a correr contra o terceiro nomeado e o primitivo demandado será excluído da relação processual.

QUESTÃO 57

Acerca da atuação do MP no processo civil, assinale a opção correta.

- Ⓐ Nas ações de anulação de casamento, o membro do MP pode ser nomeado para officiar como curador ao vínculo, no entanto sua manifestação não está vinculada a oposição formal ou substancial ao pedido, pois atuará residualmente como fiscal da lei.
- Ⓑ Deve o MP intervir nas causas concernentes ao casamento, bem como naquelas em que há interesse público evidenciado pela natureza da lide ou qualidade da parte. O *parquet*, como fiscal da lei, deve ser intimado de todos os atos do processo, podendo, ainda, requerer medidas ou diligências necessárias ao descobrimento da verdade. Não tendo sido este intimado a se manifestar, nulo é o processo desde o momento em que se torna necessária a sua intervenção.
- Ⓒ O MP é parte legítima para promover qualquer espécie de ação na defesa dos interesses transindividuais e do patrimônio público social, não se limitando à ação de reparação de danos. Assim, na tutela de interesses difusos, o *parquet* poderá ajuizar ação popular, ação civil pública e mandado de segurança coletivo.
- Ⓓ A presença de interesse público, ainda que potencial, justifica a intervenção facultativa ou necessária do MP em qualquer causa, cabendo-lhe decidir sobre a necessidade de sua atuação, sendo vedado ao juiz afastar a intervenção reclamada, sob pena de afronta à sua independência funcional.

QUESTÃO 58

Acerca das condições da ação, das partes e dos procuradores, assinale a opção correta.

- Ⓐ A substituição processual ocorre quando outra pessoa assume o lugar do litigante, tornando-se parte na relação jurídica processual, em razão de um negócio jurídico a título particular ou em virtude do falecimento de uma das partes. Na substituição processual, o substituto defende, em nome próprio, direito próprio, decorrente de mudança da titularidade do direito material discutido em juízo.
- Ⓑ A ação de investigação de paternidade *post-mortem* deve ser proposta contra o espólio, citando-se este na pessoa do inventariante.
- Ⓒ O tribunal, no julgamento do recurso de apelação, pode extinguir o processo, sem julgamento de mérito, por inexistência de uma das condições da ação, mesmo que não tenha sido assim julgado pelo juiz de primeiro grau.
- Ⓓ Ato atentatório ao exercício de jurisdição caracteriza-se pela violação do dever de cumprir com exatidão os provimentos judiciais de natureza antecipatória ou final. Configurado o ato atentatório, o juiz impõe às partes e a seus advogados uma pena de multa de até 20% sobre o valor da causa.

QUESTÃO 59

A respeito da ação civil pública, assinale a opção correta.

- Ⓐ Na ação civil pública, a sentença que julgar improcedente o pedido por falta de provas ou que reconhecer ser infundada a pretensão, com fundamento na prova plena dos autos, faz coisa julgada segundo o resultado da lide e não tem eficácia *erga omnes*, podendo o pedido ser renovado por qualquer outro legitimado.
- Ⓑ A multa diária fixada pelo juiz para o caso de descumprimento de obrigação negativa pode consistir em meio de sub-rogação do cumprimento da prestação específica, em virtude de essa obrigação ser infungível, portanto, de execução forçada.
- Ⓒ Se julgado improcedente o pedido na ação civil pública, mesmo que não conste da sentença revogação expressa da liminar, esta se encontra revogada, ainda que se tenha interposto recurso recebido no efeito suspensivo.
- Ⓓ Em caso de desistência ou abandono da ação civil pública proposta por algum co-legitimado, o MP deve prosseguir na ação até a prolação da sentença de mérito, assumindo a titularidade ativa, por ser indisponível o seu objeto. Entretanto, a sua atuação não será vinculada ao interesse do autor originário, podendo ele, portanto, opinar pela procedência ou improcedência da ação.

QUESTÃO 60

Pedro adquiriu em uma loja, pelo preço certo de R\$ 700,00, em 20/12/2005, um aparelho de telefonia celular de determinada marca, o qual apresentou defeito logo no segundo dia de uso. Pedro retornou à loja onde havia adquirido o celular defeituoso e efetuou a troca do aparelho. O aparelho recebido em substituição ao defeituoso, tempos depois, ainda dentro do prazo de garantia, também apresentou defeito e foi levado à assistência técnica autorizada, que pretendeu cobrar pelos reparos, mas, informada de que o bem estava na garantia, emitiu um laudo comprovando o defeito da placa do referido aparelho celular. Pedro, novamente, se dirigiu à loja, que se recusou a solucionar o problema, alegando que este deveria procurar o fabricante, por meio da assistência técnica autorizada.

Diante da situação hipotética apresentada e acerca da responsabilidade por vícios do produto ou do serviço nas relações de consumo, assinale a opção **incorreta**.

- A Diante da recusa do fornecedor, Pedro poderá requerer a troca do aparelho por medida judicial, na qual pleiteará a concessão da tutela antecipada. Para tornar eficaz a medida concedida antecipadamente, o juiz poderá impor multa diária ao fornecedor e fixar prazo para o cumprimento da determinação judicial ou, ainda, determinar a busca e apreensão do produto necessário para a troca.
- B Comprovada a existência do vício que torna o produto impróprio ao fim a que se destina, e não sanado o defeito no prazo legal, fica ao consumidor facultado exigir a substituição do produto, ou a imediata devolução da quantia paga, corrigida monetariamente, sem prejuízo de eventuais perdas e danos ou, ainda, o abatimento proporcional do preço.
- C Pelo vício do produto deverão responder todos aqueles que ajudaram a pôr esse produto no mercado, desde o fabricante, o distribuidor, até o comerciante que contratou com o consumidor. A cada um deles é imputada a responsabilidade pela garantia de qualidade-adequação do produto.
- D Pode a fornecedora esquivar-se da obrigação, alegando que o defeito é decorrente de mau uso do aparelho, cabendo ao adquirente comprovar a preexistência ou concomitância do vício, quando do recebimento do objeto do contrato comutativo de consumo.

QUESTÃO 61

Acerca do inquérito civil, assinale a opção correta.

- A O compromisso de ajustamento de conduta firmado, no curso do inquérito civil extrajudicial, entre o MP e o investigado tem força de título executivo extrajudicial. Nesse caso, é obrigatório que, no instrumento de formalização do acordo, esteja prevista a sanção para o caso de descumprimento do que ficou acordado.
- B Na instrução da ação civil pública, é desnecessária a repetição das provas produzidas no inquérito civil instaurado pelo MP, visto que estas foram produzidas por um órgão público e em estrita obediência ao princípio do contraditório. No entanto, deverão ser necessariamente repetidas as provas produzidas no inquérito civil instaurado pelos demais co-legitimados à propositura da ação civil.
- C O compromisso de ajustamento de conduta pode ser celebrado entre qualquer dos co-legitimados à propositura da ação civil pública e o autor do comportamento lesivo a interesses difusos ou coletivos. Esse compromisso, quando firmado no curso da ação civil, com a manifestação favorável do MP, será homologado pelo juiz.
- D O inquérito civil será arquivado quando o representante do MP concluir pela desnecessidade da propositura da ação ou se convencer da ausência de ofensa ao interesse coletivo ou difuso sob tutela. Na hipótese do ajuizamento da ação civil pública, a petição inicial deverá ser instruída com o inquérito civil, em virtude de ser peça imprescindível ao convencimento do juiz, para receber a inicial e determinar a citação do demandado.

QUESTÃO 62

Acerca da responsabilidade pelo fato do produto nas relações de consumo, assinale a opção correta.

- A Quando forem fornecidos produtos potencialmente perigosos ao consumo, mesmo que não tenha havido dano, incide cumulativamente a responsabilidade pelo fato do produto e pelo vício ou impropriedade do produto, também por perdas e danos, além das sanções administrativas e penais.
- B Os danos decorrentes do uso de bens de consumo de periculosidade inerente, isto é, aqueles que trazem um risco intrínseco a sua própria qualidade ou modo de funcionamento, como regra, devem ser indenizados pelo fabricante. No caso, trata-se de responsabilidade objetiva, fundada na teoria do risco da atividade.
- C Na hipótese de um produto defeituoso provocar acidente de consumo, afetando a integridade física ou patrimonial de um consumidor, estabelece-se a responsabilidade objetiva do responsável pelo defeito e assegura-se ao consumidor o direito à reparação dos danos sofridos.
- D O fornecedor poderá eximir-se do dever de indenizar se provar que o acidente de consumo ocorreu por caso fortuito ou por força maior.

QUESTÃO 63

Acerca da proteção contratual do consumidor, assinale a opção correta.

- A Em todo contrato de consumo implicitamente consta a cláusula de arrependimento, segundo a qual o consumidor poderá arrepender-se do negócio e, dentro do prazo de reflexão, independentemente de qualquer justificativa, rescindir unilateralmente o acordo celebrado.
- B Segundo o princípio da vinculação da oferta, toda informação ou publicidade, suficientemente precisa, veiculada por qualquer forma ou meio de comunicação, com relação a produtos e serviços oferecidos ou apresentados, implica em obrigação para o fornecedor que a fizer veicular ou dela se utilizar e integra obrigatoriamente o contrato que vier a ser celebrado.
- C Os contratos de consumo comportam execução específica, ou seja, o juiz pode adotar toda e qualquer medida que viabilize o alcance do efeito concreto pretendido pelas partes, salvo quando constar expressamente do contrato cláusula que disponha de maneira diversa, em caso de não cumprimento da oferta ou do contrato pelo fornecedor.
- D Por ter regime próprio e ser regido por legislação especial, no contrato bancário que envolver financiamento ao consumidor, a instituição pode eximir-se de prestar informações detalhadas sobre os encargos assumidos pelo cliente, porque as taxas de juros de mora, os índices de reajuste de preço, correção monetária e os demais acréscimos são fixados por lei e sujeitos a variação.

QUESTÃO 64

Acerca da proteção do direito do consumidor, assinale a opção correta.

- A Para caracterização da publicidade proibida ou publicidade enganosa, exige-se a culpa na conduta do anunciante e que a informação publicitária, por ser falsa ou por omitir dados importantes, tenha levado o consumidor ao erro e lhe causado prejuízo.
- B Se a pessoa jurídica contrata seguro para proteger seu patrimônio contra roubo e furto, ela é considerada consumidora, pois o que qualifica uma pessoa física ou jurídica como consumidora é a aquisição ou utilização de produtos ou serviços para satisfação de suas necessidades, sem ter o interesse de repassá-los a terceiros, nem empregá-los na geração de outros bens ou serviços.
- C Como regra geral, nas relações de consumo, é objetiva a responsabilidade do fornecedor pelo fato do produto ou serviço, mesmo na hipótese de um dos contratantes ser um profissional liberal.
- D Nos contratos regidos pelo Código de Defesa do Consumidor, as cláusulas contratuais desproporcionais, abusivas ou ilegais podem ser objeto de revisão, em ação ajuizada pelo MP ou por qualquer dos outros co-legitimados, desde que o contrato seja de adesão e que cause lesão a direitos individuais ou coletivos.

QUESTÃO 65

A respeito das ações coletivas para a defesa de interesses individuais homogêneos, assinale a opção correta.

- A O sindicato não tem legitimidade ativa para execução de sentença decorrente de ação de conhecimento de natureza coletiva. A legitimação ativa, nesses casos, se opera em regime de substituição processual, sem qualquer juízo a respeito da situação particular dos substituídos. Assim, a execução dos valores devidos a cada um dos substituídos deverá ser objeto de ação autônoma promovida por cada um dos interessados.
- B Os interesses individuais de caráter não-homogêneo, interesses difusos ou coletivos poderão ser defendidos pelo sindicato ou outras entidades associativas em ações civis públicas ou coletivas, como substitutos processuais não apenas de seus sindicalizados, mas também de todos os integrantes da categoria.
- C No caso de procedência da ação coletiva de tutela de interesses individuais homogêneos, a condenação será genérica, fixando a responsabilidade do réu pelos danos causados. A execução dessa sentença demanda uma cognição exauriente e contraditório amplo sobre a individualização e liquidação do valor devido, bem como o juízo sobre a titularidade do exequente em relação ao direito material reconhecido na ação coletiva.
- D O efeito da coisa julgada na ação coletiva de proteção a direito difuso será *erga omnes*, isto é, valerá para todas as pessoas se a ação for julgada procedente ou improcedente pela análise de mérito com provas adequadamente produzidas. Assim, a sentença que julga improcedente o pedido faz coisa material, o que impede a discussão da matéria decidida, ainda que em outra ação coletiva ou individual.

QUESTÃO 66

Acerca dos Juizados Especiais Cíveis (JEC), nos termos da Lei n.º 9.099/1995, assinale a opção correta.

- A O pedido contraposto pode ser deduzido na resposta do réu. No entanto, a possibilidade de formulação do pedido dúplice reclama dois requisitos: o de que o pedido do réu atenda ao critério “valor da causa” exigido no JEC; e o de que o pedido tenha como fundamento os mesmos fatos que constituem o objeto da controvérsia, em face da existência de relação de dependência entre o pedido contraposto e a ação proposta.
- B Compete ao JEC a liquidação e execução de seus próprios julgados, desde que o valor a ser liquidado ou executado não seja superior a 40 salários mínimos. Nessa situação, o título executivo judicial deverá ser processado, perante o juízo cível, a quem couber, por distribuição aleatória.
- C Não será decretada a revelia do réu que, apesar de ausente à audiência de conciliação, instrução e julgamento, apresente contestação escrita e se faça representar por procurador com poderes especiais para prestar depoimento, confessar, transigir e dar quitação.
- D No âmbito dos JEC, se houver sucumbência recíproca, ao recurso interposto por qualquer dos sucumbentes poderá aderir a outra parte, assim que intimada para apresentar contra-razões ao recurso principal.

QUESTÃO 67

Sob a ótica do ordenamento jurídico brasileiro acerca dos contratos, assinale a opção correta.

- Ⓐ A transferência de apólice nominativa de seguro de automóvel a terceiro, com a alienação do veículo, implica a transmissibilidade automática dos direitos inerentes ao contrato de seguro, permanecendo a obrigação da seguradora de indenizar, ainda que não comunicada previamente de tal transferência.
- Ⓑ Se o vendedor, ao firmar contrato de compra e venda, em virtude de premente necessidade ou de inexperiência, concorda com preço que se caracteriza como manifestamente desproporcional ao valor real ou de mercado da coisa vendida, a consequência é a anulabilidade do contrato, que pode ser pleiteada pelo vendedor, no prazo de quatro anos contados da data em que se realizou o negócio jurídico.
- Ⓒ Quando a fiança for prestada por duas ou mais pessoas, sem se especificar a parte da dívida a que cada qual responde individualmente, presume-se que cada fiador responde unicamente pela parte que, em proporção, lhe couber no pagamento, caso em que não será por mais obrigado.
- Ⓓ O contrato estabelecido em favor de terceiro, estranho à relação contratual, vincula a pessoa beneficiária do contrato, impondo-lhe vantagens e obrigações decorrentes da avença. Assim, se este terceiro não atender o prometido por outrem, obriga-se a indenizar os prejuízos decorrentes do inadimplemento da obrigação.

QUESTÃO 68

Dora ajuizou ação de reconhecimento de união estável contra Geraldo, alegando que mantinha relacionamento amoroso e estável com o réu, por mais de 10 anos, vivendo como se casados fossem, sem, contudo, residirem sob o mesmo teto. Geraldo é casado com Maria, pelo regime de comunhão de bens, e não se encontra separado de fato, mas possui bens imóveis adquiridos na constância da convivência com Dora.

Diante da situação hipotética apresentada e acerca do reconhecimento da união estável e dissolução da sociedade de fato, assinale a opção correta.

- Ⓐ É possível o reconhecimento de união estável entre uma mulher solteira e um homem casado não separado de fato ou judicialmente, pois a existência de impedimento por parte de um dos companheiros para se casar não obsta a constituição da mencionada união.
- Ⓑ A ação de reconhecimento de união estável é de caráter pessoal, sendo desnecessária a citação da mulher do réu casado em regime de comunhão de bens, na ação em que se pretende a dissolução de sociedade de fato e partilha dos bens adquiridos durante a convivência, sem que tenha havido separação de fato ou judicial do casal.
- Ⓒ As relações paralelas ao casamento ou a união estável constituem concubinato. A natureza desse tipo de relação é de caráter obrigacional, gerando efeitos patrimoniais, desde que haja a colaboração de ambos os concubinos.
- Ⓓ A notoriedade é elemento essencial para que se evidencie a estabilidade. A união estável deverá ser assumida perante terceiros e ter como objetivo a constituição de família. É essencial que tenha aparência de casamento, sendo dispensável, contudo, a convivência sob o mesmo teto. Inexistindo prova de que os bens foram adquiridos a título oneroso na constância da união estável, é inviável a partilha do patrimônio.

QUESTÃO 69

A respeito da posse e da propriedade, assinale a opção correta.

- Ⓐ A ocupação de bem público dominical por particulares, com a tolerância da administração pública, gera, para o detentor da posse, o direito de ser indenizado pelas benfeitorias úteis e necessárias erigidas no imóvel, sendo-lhe assegurado o direito de retenção até o recebimento integral das benfeitorias.
- Ⓑ No curso de ação possessória, o proprietário do imóvel objeto da ação, em defesa de seu domínio, poderá ajuizar ação reivindicatória contra qualquer um dos litigantes ou ação de oposição contra ambos.
- Ⓒ O ajuizamento de ação de manutenção de posse não obsta a que o juiz conheça do pedido e outorgue a proteção relativa à reintegração de posse, conforme a caracterização da turbação ou do esbulho, em face do princípio da fungibilidade.
- Ⓓ A instituição de um imóvel como bem de família voluntário constitui motivo impeditivo à sua aquisição por usucapião. Para a instituição do bem de família, exige-se a indicação em escritura pública de sua impenhorabilidade e inalienabilidade, razão pela qual, ainda que o imóvel determinado não esteja servindo de domicílio à família do instituidor, este não pode ser adquirido por usucapião.

QUESTÃO 70

Acerca da relação de parentesco, assinale a opção correta.

- Ⓐ O reconhecimento dos filhos havidos fora do casamento que importe filiação de quem já está registrado em nome de outrem será feito no registro de nascimento, por escritura pública ou escrito particular, a ser arquivado em cartório.
- Ⓑ Quando da realização do registro de nascimento de menor apenas com a maternidade estabelecida, o oficial remeterá ao juiz certidão integral do registro e a qualificação do suposto pai, a fim de ser averiguada oficiosamente a procedência da alegação.
- Ⓒ O MP poderá instaurar procedimento para apuração da alegação de paternidade, ouvindo oficiosamente o suposto pai. Na impossibilidade de conciliação, o MP deverá remeter os autos de averiguação oficiosa à defensoria pública ou requerer, como representante da criança, a nomeação de advogado dativo para a propositura da respectiva ação de investigação de paternidade cumulada com a de alimentos.
- Ⓓ A sentença que reconhecer a paternidade de filho menor havido fora do casamento condenará o pai ao pagamento da pensão alimentícia, fixada em valor suficiente à criação e educação do filho e retroativa à data da citação.

QUESTÃO 71

Acerca das obrigações de prestar alimentos e no que se refere ao processo de execução, assinale a opção correta.

- A** Se os alimentos provisórios forem fixados em uma medida cautelar, a superveniência de sentença que julga improcedente o pedido na ação principal desconstitui o direito aos alimentos fixados e extingue a obrigação referente ao período compreendido entre a concessão da liminar e o trânsito em julgado da sentença. Assim, eventual execução promovida para o recebimento das prestações vencidas e não pagas deve ser extinta por perda superveniente de objeto.
- B** Se, na ação de alimentos, for julgado procedente o pedido do autor, a sentença deverá fixar a pensão alimentícia no exato valor solicitado na petição inicial, sob pena de nulidade da sentença, em face da vinculação da sentença ao pedido formulado pelo autor.
- C** Os alimentos devidos ao cônjuge e aos filhos menores podem ser revistos, caso sobrevenham fatos que modifiquem a situação econômica ou jurídica dos interessados. O desemprego ocasional do alimentante enseja a exoneração da obrigação alimentícia, entretanto a superveniência de filhos provenientes de nova relação conjugal não reduz a capacidade contributiva do alimentante nem autoriza a redução do encargo.
- D** O dever de sustento dos filhos menores implica para o pai e a mãe uma obrigação não-recíproca, incondicionada, pois independe da necessidade daqueles, sendo representada pelo dever que ambos os genitores têm de bem criá-los, educá-los e protegê-los. Ao cessar a menoridade do filho, poderá surgir a obrigação legal de prestar alimentos, condicionada à necessidade do filho e à possibilidade dos pais.

QUESTÃO 72

A respeito do direito das sucessões legítima e testamentária, assinale a opção correta.

- A** Considere que uma pessoa tenha falecido, sem deixar testamento conhecido e em estado de viuvez, deixando quatro filhos, um dos quais pré-morto, e três netos, estes descendentes do filho pré-morto. Na hipótese de concorrência entre irmãos e sobrinhos (estes, filhos do irmão pré-morto), os primeiros sucedem por cabeça e os últimos, por estirpe, e a herança será dividida em quatro partes iguais, subdividindo-se uma delas entre os três sobrinhos.
- B** No caso de morte do autor de herança que viva união estável e não deixe descendentes, o companheiro sobrevivente recolherá a herança em sua totalidade.
- C** O herdeiro que não foi parte no processo de inventário pode recorrer à ação de nulidade e pleitear o seu quinhão hereditário, no prazo prescricional de um ano, a contar do trânsito em julgado da ação que homologou a partilha.
- D** A sucessão por direito de representação pressupõe que o herdeiro necessário, ascendente ou descendente em linha reta, tenha morrido antes da abertura da sucessão para a qual se habilitaram os representantes.

QUESTÃO 73

Relativamente à adoção, assinale a opção correta, de acordo com o sistema jurídico vigente.

- A** O Código Civil disciplina todas as formas e os efeitos dos processos de adoção, quer estes processos versem sobre crianças, adolescentes, pessoas maiores de 18 anos de idade, quer se trate de adoção internacional. Assim, o referido código revogou tacitamente as disposições sobre a adoção constantes do Estatuto da Criança e do Adolescente.
- B** O consentimento dos pais, dos responsáveis ou, ainda, do adotando, quando este contar com mais de 18 anos de idade, é irrevogável, não podendo arrepender-se quem o prestou. Assim, depois de iniciado o processo de adoção, eventual revogação do consentimento não impede que seja proferida sentença constitutiva da adoção.
- C** Qualquer pessoa pode ser adotada, exigindo-se previamente o consentimento dos pais ou dos representantes legais, de quem se deseja adotar e da concordância deste, se contar mais de 12 anos de idade. Contudo a lei dispensa o consentimento em relação à criança ou ao adolescente quando forem os seus pais desconhecidos, desaparecidos ou tenham eles sido destituídos do poder familiar sem que haja nomeação de tutor, ou, ainda, quando comprovadamente tratar-se de infante exposto, ou órfão que há mais de um ano não tenha sido procurado por qualquer parente.
- D** Qualquer pessoa maior de 18 anos de idade pode adotar uma criança, respeitada a diferença mínima de 16 anos exigida entre adotante e adotado. Além disso, uma mesma criança pode ser adotada por duas pessoas, não se exigindo que elas sejam casadas. Entretanto, não é permitida a adoção por parentes do ascendente, descendente ou colateral.

QUESTÃO 74

Com relação ao casamento, assinale a opção correta.

- A** Na falta ou no impedimento de um dos pais, a autorização para o casamento de um menor que conte 16 anos de idade deverá ser suprida pelo juiz.
- B** O pacto antenupcial é um contrato solene, formalizado por meio de escritura pública, no qual os nubentes declaram a que regime de bens eles estarão submetidos. Os efeitos do pacto ficam suspensos até que se realize a condição suspensiva, ou seja, a celebração do casamento.
- C** Caso um parente do cônjuge virago faça a doação de um bem imóvel, ainda que em favor de ambos os cônjuges, e sobrevenha a separação judicial do casal, o imóvel não integrará o acervo comum do casal e não será objeto de partilha.
- D** O casamento celebrado com a inobservância de qualquer das causas suspensivas constitui motivo para a invalidação do ato. No entanto, o casamento produz todos os efeitos civis perante os contraentes até o trânsito em julgado da sentença que decretar a sua nulidade.

QUESTÃO 75

No que se refere à atuação do MP, na área cível, segundo as disposições do Estatuto da Criança e do Adolescente, assinale a opção correta.

- A O MP tem legitimidade ativa para promover ação que objetive a perda ou suspensão do poder familiar, quando evidenciada a ocorrência de fatos ou omissões que revelem deficiências incompatíveis com o exercício daquele poder. A sentença que decretar a perda ou a suspensão do poder familiar será averbada à margem do registro de nascimento da criança ou adolescente.
- B O MP tem legitimidade, como substituto processual, para a propositura de ação que vise a proteger interesses individuais de determinada criança ou de um adolescente, representando aquele que se encontra regularmente sob a guarda e responsabilidade de seus pais e, portanto, detentores do poder familiar.
- C O juízo da vara da infância e juventude não tem competência para processar e julgar ação civil pública proposta pelo MP que vise à cassação de mandato de conselheiro tutelar, imputando-lhe ato de improbidade administrativa, em virtude de ato omissivo relacionado com o exercício de seu cargo, por não ser matéria de proteção de interesses difusos e coletivos da criança e do adolescente.
- D Quando a perda do poder familiar ocorrer por ato judicial, a reabilitação e reintegração ao seu exercício torna-se possível, ainda que rompido o vínculo de parentesco, desde que cabalmente comprovadas as condições ao seu exercício.

QUESTÃO 76

A respeito da proteção integral à criança e ao adolescente, assinale a opção correta.

- A O processo em que os pais disputam a posse e guarda de filhos menores que estejam sob os cuidados da mãe, que lhes dá toda a atenção, assistência e dedicação necessárias e recomendáveis caracteriza situação irregular que desloca a competência do juízo de família para a vara da infância e da juventude.
- B Deve-se deferir o pedido de transferência de guarda de menor feito pela avó, com a aquiescência dos genitores, sob a alegação de que a criança e seus pais residem com a requerente, por serem os genitores da menor pessoas jovens, ainda estudantes. Nesse caso, restará caracterizada a situação peculiar da modificação da guarda sem a perda do poder familiar, ou seja, a avó possui situação econômica privilegiada e age no interesse e bem-estar da criança.
- C O juízo competente para processar a ação de destituição do poder familiar e adoção é o do domicílio do casal adotante, ainda que este não detenha a guarda provisória da criança.
- D O pai ou a mãe que praticar atos contrários à moral e aos bons costumes perderá por ato judicial o poder familiar. Na guarda e proteção de menor, há de se levar em conta o bem-estar e a segurança da criança, resguardando o seu desenvolvimento físico e mental.

QUESTÃO 77

A respeito da proteção das pessoas portadoras de necessidades especiais (PNEs), assinale a opção correta.

- A Uma pessoa portadora de deficiência física incapaz de dirigir veículos automotores, caso pretenda adquirir um veículo para que outrem o dirija, não gozará do benefício de isenção total de impostos, tendo em vista que tal benefício é concedido somente ao portador de deficiência que não puder dirigir automóvel comum.
- B Considere que uma candidata PNE tenha sido aprovada em concurso público, concorrendo às vagas reservadas pelo edital e que, posteriormente, submetida a perícia, receba laudo médico que a considere inapta para o exercício das funções do cargo, em virtude de sua deficiência visual. Nessa situação, a administração pública pode negar a nomeação e posse no cargo para o qual a candidata foi aprovada.
- C Há interesse público coletivo em ação proposta com o objetivo de assegurar o direito de acesso físico a edifício de uso coletivo por portadores de deficiência e pessoas com mobilidade reduzida em razão de necessidade especial. Nas causas em que se discute interesse dessas pessoas, é obrigatória a intervenção do MP.
- D O MP tem legitimidade ativa para propor ação civil pública que vise a defesa de interesses individuais e coletivos de portadores de deficiência. Em virtude do interesse público manifestado nesse tipo de ação, a sentença nela proferida fica sujeita ao reexame necessário.

QUESTÃO 78

A respeito da organização e das atribuições do MP do Estado do Tocantins (MPE/TO), assinale a opção **incorreta**.

- A Compete ao procurador-geral de justiça ou a seu substituto legal praticar, em nome do MPE/TO, todos os atos próprios de gestão decorrentes de sua autonomia funcional, administrativa e financeira, bem como exercer a representação geral do MPE/TO, judicial e extrajudicialmente.
- B O Colégio de Procuradores de Justiça, presidido pelo procurador-geral de justiça, é constituído por todos os integrantes da carreira em atividade, competindo-lhe, entre outras atribuições, dar posse, em sessão solene, ao procurador-geral de justiça, ao corregedor-geral do MPE/TO, ao coordenador dos centros integrados e aos membros eleitos do Conselho Superior do MPE/TO.
- C O Conselho Superior do MPE/TO é integrado pelo procurador-geral de justiça, seu presidente, pelo corregedor-geral e por mais um quinto dos procuradores de justiça em exercício, eleitos, alternadamente, por voto secreto, para mandato de 2 anos.
- D O Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional é órgão auxiliar do MPE/TO e visa ao aprimoramento profissional e cultural dos membros da instituição, de seus auxiliares e funcionários, bem como à melhor execução de seus serviços e racionalização de seus recursos materiais.

QUESTÃO 79

Com relação ao direito urbanístico, segundo as Leis n.º 6.766/1979 e n.º 10.257/2001 e a jurisprudência do STJ, assinale a opção correta.

- Ⓐ O município é parte ilegítima passiva em ação civil pública que vise a regularização de loteamento clandestino por empresa privada, pois também se insere entre os prejudicados pelos atos ilícitos de loteadores. Assim, o loteador deverá responder a referida ação e ser condenado à realização de obras necessárias à infra-estrutura do loteamento irregular, entre outras cominações.
- Ⓑ Para promover a regularização de ocupação e uso do solo decorrente de loteamentos irregulares situados nas periferias das grandes cidades e ocupados por população de baixa renda, independentemente de haver vinculação, ou não, com os programas habitacionais de interesse social, não são aplicáveis as exigências contidas na Lei de Parcelamento do Solo Urbano.
- Ⓒ Desde a data de registro do loteamento, passam a integrar o domínio do município as vias e praças, os espaços livres e as áreas destinadas a edifícios públicos e outros equipamentos urbanos, constantes do projeto e do memorial descritivo. Quando o loteamento for localizado em área de proteção aos mananciais, os espaços livres passam a integrar o domínio do Estado.
- Ⓓ Decorridos cinco anos de cobrança do IPTU progressivo sem que o proprietário tenha cumprido a obrigação de parcelamento, edificação ou utilização, o município poderá proceder à desapropriação do imóvel, com pagamento em títulos da dívida pública e o adequado aproveitamento do imóvel no prazo máximo de cinco anos, contados a partir da sua incorporação ao patrimônio público.

QUESTÃO 80

Assinale a opção correta acerca do registro civil das pessoas naturais.

- Ⓐ Quando a filiação é oriunda de relação fora do casamento, a adição do nome do pai é vedada sem que haja, por parte deste, expressa autorização, ou, se for ele o declarante, sem que a reconheça, assinando, ou, ainda, não sabendo ou não podendo fazê-lo, mande assinar a seu rogo o respectivo assento com duas testemunhas.
- Ⓑ O menor que tiver 14 anos de idade poderá ser emancipado por concessão dos pais ou tutores, desde que a outorga da capacidade civil seja feita por meio de escritura pública necessariamente inscrita no registro civil competente.
- Ⓒ As averbações no livro de registro público podem ser corretamente definidas como alterações destinadas a corrigir assentamentos, feitas pelo oficial, a pedido da parte ou por determinação judicial.
- Ⓓ A sentença que decretar o divórcio do casal, seguido da modificação do nome da mulher, determinará a retificação do nome da mãe na certidão de nascimento dos filhos do casal. Assim, o divórcio dos pais, por si só, enseja a alteração no assento de nascimento dos filhos, considerando que o conteúdo do registro deve sempre corresponder à realidade dos fatos.

QUESTÃO 81

A respeito da falência e recuperação de empresas, assinale a opção correta.

- Ⓐ A empresa pública e a sociedade de economia mista exploradoras de atividade econômica não são excluídas da lei de falência e recuperação de empresas, por sujeitarem-se ao regime próprio das empresas privadas, inclusive quanto aos direitos e obrigações civis, comerciais, trabalhistas e tributários.
- Ⓑ Competente para o pedido de falência é o juízo onde se situa o principal estabelecimento da empresa comercial. Por se tratar de competência relativa fixada pelo lugar da coisa, a alteração da sede da empresa, ainda que durante o período pré-falimentar e por qualquer motivo, acarretará a alteração da competência do juízo universal da falência.
- Ⓒ O objetivo buscado na recuperação judicial é a reorganização da empresa explorada pela sociedade empresária devedora, em benefício desta, de seus credores e empregados e da economia. Cabe à assembléia-geral de credores decidir sobre a concessão do plano de recuperação judicial apresentado pelo devedor.
- Ⓓ O devedor empresário que entra em falência com seu patrimônio de valor superior a 50% de seu passivo poderá obter a declaração de extinção das obrigações logo após a realização de seu ativo e rateio do produto apurado. Entretanto, se reconstituir o seu patrimônio, os credores existentes ao tempo da falência poderão executar o restante da dívida até o integral pagamento do passivo.

QUESTÃO 82

Assinale a opção correta acerca das disposições da Lei Orgânica Nacional do MP (LONMP).

- Ⓐ Os membros do MP adquirem a garantia da vitaliciedade após dois anos de exercício, não podendo perder o cargo a não ser após regular processo administrativo, no qual lhes seja garantida ampla defesa.
- Ⓑ O membro do MP poderá ser removido do cargo ou função, por motivo de interesse público, mediante decisão do conselho superior, por voto de dois terços de seus membros, desde que assegurada a ampla defesa.
- Ⓒ Os promotores de justiça são agentes que atuam em primeira instância, desde que não se trate de competência originária dos tribunais. Assim, a correição parcial, o mandado de segurança e o *habeas corpus* diretamente no tribunal deverão ser requeridos não por um promotor, mas pelo procurador de justiça.
- Ⓓ Ao procurador-geral de justiça compete com exclusividade a atribuição de ajuizar a ação de inconstitucionalidade, a ação declaratória de constitucionalidade e a representação interventiva. Assim, para a propositura dessas ações, não poderá haver delegação das funções do procurador-geral de justiça aos demais procuradores ou promotores de justiça.

QUESTÃO 83

A propósito da improbidade administrativa, sob o enfoque da Lei n.º 8.429/1992 (LIA), assinale a opção correta.

- Ⓐ Na prática de distintos atos pelo mesmo agente ou quando a mesma conduta subsumir-se em mais de uma infração por improbidade, o agente responderá juntamente por crime de responsabilidade e pela ação civil de improbidade administrativa. No entanto, a sentença proferida na ação civil que reconheça a prática de improbidade administrativa não pode aplicar cumulativamente as sanções previstas na LIA.
- Ⓑ O MP não poderá instaurar inquérito civil para apuração de atos de improbidade administrativa. A petição inicial dessa ação deve ser instruída com as provas e indícios colhidos no inquérito policial ou no procedimento administrativo.
- Ⓒ A suspensão, a perda dos direitos políticos e a proibição de contratar com o poder público são sanções que apresentam delimitação temporal, tornando-se efetivas com o trânsito em julgado da sentença condenatória proferida na ação civil de indenização por ato de improbidade.
- Ⓓ A sentença que julgar procedente ação civil de reparação de dano ou decretar a perda dos bens havidos ilícitamente determinará o pagamento ou a reversão dos bens, conforme o caso, em favor da pessoa jurídica prejudicada pelo ilícito.

QUESTÃO 84

Com referência à legislação eleitoral, em especial à Lei n.º 9.504/1997, que estabelece normas para as eleições, e à Lei Complementar n.º 64/1990, assinale a opção **incorreta**.

- Ⓐ O dispositivo legal que tipifica a captação de sufrágio determina a cassação do registro do candidato que oferecer vantagem ao eleitor em troca de voto.
- Ⓑ O processo movido contra candidato acusado de compra de votos segue o procedimento determinado pela Lei de Inelegibilidade.
- Ⓒ É proibida a propaganda que, com símbolos, vincule o candidato a empresa pública ou a órgão do governo.
- Ⓓ No período eleitoral, os feitos destinados a apurar crimes eleitorais têm prioridade sobre todos os demais.

QUESTÃO 85

Ainda com referência à legislação eleitoral, assinale a opção **incorreta**.

- Ⓐ Tratando-se de abuso do poder econômico, o tribunal pertinente não pode decidir o feito sem a manifestação formal do MP.
- Ⓑ Oferecer ao eleitor emprego no governo, depois de eleito, constitui crime de captação de sufrágio.
- Ⓒ O corregedor é o integrante do tribunal que tem competência legal para conduzir a investigação judicial sobre abuso de poder econômico.
- Ⓓ As empresas que fazem pesquisas eleitorais são obrigadas a registrar na justiça eleitoral, antes de divulgar o resultado de cada pesquisa, o nome de quem pagou pela realização do trabalho.

QUESTÃO 86

As normas constitucionais e legais acerca de inelegibilidade, e, em especial, a Lei Complementar n.º 64/1990, constituem parte fundamental da ordem jurídica eleitoral. O seu objetivo é proteger a normalidade do processo eleitoral. A esse respeito, assinale a opção correta.

- Ⓐ É vedada a substituição de candidato, quando este for excluído do pleito por ter sido considerado inelegível.
- Ⓑ É competência exclusiva do MP a representação contra o juiz eleitoral que descumprir suas obrigações legais.
- Ⓒ A contratação de pessoal para prestação de serviço em campanha eleitoral gera o vínculo empregatício contratual regido pela Consolidação das Leis do Trabalho.
- Ⓓ A legislação eleitoral prevê futura disciplina legal do financiamento de campanhas eleitorais com recursos públicos, mediante lei específica.

QUESTÃO 87

A propaganda constitui um dos momentos mais delicados do processo eleitoral. Com base na disciplina legal dessa matéria, assinale a opção **incorreta**.

- Ⓐ A propaganda eleitoral paga por candidatos e partidos é permitida na imprensa escrita, mas vedada em rádio e TV.
- Ⓑ As emissoras de TV da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e das assembleias, onde houver, são obrigadas a divulgar a propaganda eleitoral gratuita.
- Ⓒ Os partidos e coligações terão o tempo de propaganda na televisão distribuído em função do número de candidatos que lançarem ao cargo respectivo.
- Ⓓ No período eleitoral, é proibido o uso de trucagem na TV para ridicularizar candidato, seja no horário eleitoral, seja fora dele.

QUESTÃO 88

O Código Eleitoral, instituído pela Lei n.º 4.737/1965, foi recepcionado, em sua maior parte, pela Constituição de 1988. A respeito de seus dispositivos vigentes, assinale a opção correta.

- Ⓐ O quociente partidário — ou de coligação — é determinado mediante a divisão do quociente eleitoral pelo número de votos válidos conferidos ao partido ou coligação, excetuados os votos de legenda.
- Ⓑ Em uma eleição para vereador, caso nenhum partido alcance o quociente eleitoral, será realizada nova eleição.
- Ⓒ Nova eleição será realizada se os votos nulos alcançarem mais de metade dos votos nas eleições presidenciais.
- Ⓓ O processo eleitoral do eleitor residente no exterior é subordinado ao Tribunal Superior Eleitoral.

QUESTÃO 89

O art. 196 da Constituição Federal dispõe que a “saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas públicas sociais e econômicas que visem à redução de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação”.

O conceito de direito à saúde impõe um conjunto de normas jurídicas que regulam as atividades sanitárias estatais e definem os meios de que o Estado dispõe para concretizar esse direito, desde a definição dos aspectos organizacionais do sistema de saúde até as normas específicas aplicáveis a bens e serviços de interesse à saúde.

Para Sebastião Botto de Barros Tojal, “a Constituição de 1988 é uma Constituição dirigente que não se contenta em definir um *estatuto de poder*; atuando como ‘instrumento de governo’, mas que, indo além, cuida de estipular programas e metas que deverão ser realizados pelo Estado e pela sociedade.”

Considerando o texto acima e o impacto que a Constituição de 1988 provocou no processo de transformação do direito moderno, assinale a opção correta.

- Ⓐ É dever exclusivo do Estado a garantia da saúde por meio da formulação e execução de políticas econômicas e sociais.
- Ⓑ Com base nos preceitos constitucionais, a construção do Sistema Único de Saúde (SUS) norteia-se exclusivamente pelos princípios doutrinários da universalidade e integralidade.
- Ⓒ A Constituição estabelece o SUS, de caráter público, formado por uma rede de serviços hierarquizados e centralizados, com direção na esfera do governo federal e sob o controle de seus usuários.
- Ⓓ A Constituição legitima o conceito de saúde que abrange, entre outros fatores determinantes e condicionantes: o meio físico; o meio socioeconômico e cultural; os fatores biológicos e a oportunidade de acesso aos serviços que visem a promoção, proteção e recuperação da saúde.

QUESTÃO 90

No relatório final da XI Conferência Nacional de Saúde, cujo tema era Efetivando o SUS: Acesso, Qualidade e Humanização na Atenção à Saúde com Controle Social, os delegados, 2.500 homens e mulheres de diferentes classes sociais, credos, idades, raças e etnias de todas as regiões do país, destacaram a importância do MP e a sua responsabilidade na garantia do SUS conforme a Constituição, bem como a necessidade de aproximação e cooperação entre os órgãos de gestão do SUS, em especial os conselhos de saúde, e os promotores e procuradores. Sabedor do seu real papel na área da saúde, o MP, em 1998, tornou público o seu compromisso com o SUS por meio da Carta de Palmas em Defesa da Saúde, assinada por todos os procuradores-gerais de justiça do Brasil. A vinculação explícita que o texto constitucional faz entre a atuação do MP e a garantia de zelo e respeito aos serviços de relevância pública garante a concretização do direito à saúde.

Biblioteca Virtual em Saúde. Internet: <www.itd.bvs.br-mod> (com adaptações).

De acordo com os arts. 6.º, 196 e 197 da Constituição Federal, as ações e serviços de saúde são de relevância pública. Com relação a esse tema e suas implicações, assinale a opção correta, considerando o texto acima como referência inicial.

- Ⓐ Assumindo que as normas sanitárias pressupõem a participação da sociedade e do MP como condição essencial, pode-se afirmar que se faz necessária a interlocução entre os profissionais da saúde e do direito, gestores e público em geral.
- Ⓑ Com base nos princípios constitucionais, constitui serviço de relevância pública tudo que se referir à construção de uma sociedade justa, livre e solidária, à promoção do bem comum e à erradicação da pobreza.
- Ⓒ O MP, como agente potencializador do controle social, não deve atuar em conjunto com os conselhos de saúde, para não gerar resultados negativos no que tange à fiscalização das omissões estatais.
- Ⓓ A grande independência existente entre a saúde e o direito realçou o abismo que, por muito tempo, separou esses dois campos da atividade humana.

QUESTÃO 91

Assinale a opção correta quanto à atuação do MP no controle e na fiscalização do processo de remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento.

- A Autoriza e credencia estabelecimentos de saúde ou equipes especializadas a promover retiradas, transplantes ou enxertos de tecidos, órgãos e partes.
- B Atua ativamente no controle, na fiscalização e na autorização de doadores com deficiência mental (incapazes) e de pessoas não identificadas.
- C Ao ser comunicado pela Central de Notificação de Captação e Distribuição de órgãos, apura a autorização de doação em vida, como condição para concretização da doação, e reprime as irregularidades no Sistema Nacional de Transplantes.
- D Autoriza, após a morte do doador, a retirada de tecidos, órgãos e partes, devendo essa ser efetuada independentemente de consentimento expresso da família, se, em vida, o falecido a isso não tiver manifestado objeção.

QUESTÃO 92

No que concerne à legislação acerca da vigilância sanitária no âmbito do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, assinale a opção correta.

- A A vigilância sanitária de portos, aeroportos e fronteiras é exercida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) sem qualquer delegação.
- B Os estados, o Distrito Federal e os municípios devem fornecer, mediante convênio, as informações solicitadas pela Coordenação do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária.
- C Em se tratando de alimentos impróprios destinados à alimentação escolar, a fiscalização do PROCON dispensa a vigilância sanitária.
- D Compete à Agência de Vigilância Sanitária (AVISA) definir a política nacional sanitária bem como atuar em circunstâncias especiais de risco à saúde.

QUESTÃO 93

No Brasil, a loucura era tratada como uma espécie de doença contagiosa. O doente era excluído da vida em sociedade, com base em legislação de 1934, que estabelecia o isolamento do doente em hospital psiquiátrico como forma de tratamento. Baseado em conceitos do século XVIII, o modelo de então não acompanhava a evolução da ciência. Já ficou demonstrado que o isolamento e o uso abusivo de psicotrópicos não recuperam o doente. Há cerca de duas décadas, vem ocorrendo importante processo de transformação do modelo assistencial em psiquiatria no Brasil, que, de acordo com a Organização Mundial de Saúde, é um dos mais importantes de todo o mundo. A Lei n.º 10.216/2001 (reforma psiquiátrica brasileira) atribuiu ao MP a participação no controle e acompanhamento das internações involuntárias. Essa nova concepção assistencial aponta para a necessidade

- A da construção de práticas de cidadania para as pessoas com transtornos mentais, responsabilizando as instâncias públicas correspondentes.
- B da presença do MP como órgão de fiscalização das internações compulsórias e de definição de dispositivos eficazes e eficientes de controle dos mecanismos de internação, mediante a criação de rotinas de acompanhamento para a concretização e regulamentação da Lei n.º 10.216/2001.
- C de uma proposta de implantação de política pública com a construção de residências terapêuticas e de novos centros de atenção psicossocial (CAPS).
- D da criação de programa local independente da instância federal de saúde, imposto pelo gestor de saúde estadual ou municipal.

QUESTÃO 94

Entre todos os entes que possuem legitimidade para propor a ação civil pública, o MP, em seu relevante papel na sustentação e manutenção de um ambiente saudável e sustentável,

- A possui todos os requisitos para tal, o que, exclusivamente, o equipara ao órgão máximo da função jurisdicional ao dar provimento superveniente às medidas cautelares difusas.
- B é o único que dispõe de provimento parcial da medida precautiva *in totum*.
- C é o único que tem legitimação extraordinária, ao representar a coletividade e, quando não é parte legítima, tem a função de fiscalizar.
- D é o único que tem legitimação para representar a coletividade na defesa dos interesses difusos, transindividuais e metacoletivos, nas causas em que seja utilizado o princípio precaucional.

QUESTÃO 95

Considerando que o solo urbano pode ser parcelado por loteamento ou desmembramento, assinale a opção correta.

- Ⓐ O loteamento independe de modificação, criação ou extensão de vias públicas, o que significa que basta a abertura de uma rua para que o parcelamento seja considerado desmembramento.
- Ⓑ Tanto o desmembramento quanto o loteamento destinam-se a coibir a depredação do patrimônio artístico, histórico e paisagístico nacional, sendo, portanto, necessários o realinhamento das poligonais e a remarcação dos sinais diacríticos que delimitam as áreas urbanas.
- Ⓒ O desmembramento exige o prolongamento, a modificação ou a ampliação das vias existentes, ou a abertura de novas vias ou novos logradouros públicos e o remanejamento das poligonais.
- Ⓓ O loteamento exige o prolongamento, a modificação ou a ampliação das vias existentes, ou a abertura de novas vias ou de novos logradouros públicos.

QUESTÃO 96

Com relação à doação de agrotóxicos registrados pelo fabricante a escolas de agricultura e de acordo com a legislação do receituário, assinale a opção correta.

- Ⓐ No caso de a doação ser feita a escolas agrícolas e(ou) a comunidades rurais que praticam agricultura de subsistência, não há necessidade de receituário.
- Ⓑ A doação deve ser notificada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e, na notificação, devem constar, obrigatoriamente, os componentes do produto, seu grau de toxicidade bem como a dosagem de cada elemento constituinte. Com tal notificação, o doador exime-se da necessidade de emitir a receita.
- Ⓒ A utilização do produto doado ficará sujeita à receita de um profissional.
- Ⓓ Ao receber os produtos agrotóxicos, a escola de agricultura deve notificar o MAPA no prazo de trinta dias a contar da data do recebimento, fazendo constar dessa notificação: a discriminação da área que será pulverizada com o produto; a relação das culturas que serão tratadas e a fórmula do produto. Tais medidas suprem a necessidade da receita de um profissional.

QUESTÃO 97

Sendo a preservação do meio ambiente tarefa inafastável do poder público, a ação civil pública reveste-se, também, de

- Ⓐ caráter definitivo e preceito cominatório, dado que ela se concretiza, principalmente, com a adoção de procedimentos e medidas que antecedem a ocorrência de um dano ecológico.
- Ⓑ preceito cominatório, embora careça de definitividade por se tratar de um diploma legal que visa apenas à prevenção do dano ambiental e não à recuperação dos recursos depredados.
- Ⓒ caráter definitivo, embora careça de preceito cominatório, visto que se concretiza na adoção de medidas e procedimentos meramente preventivos.
- Ⓓ caráter definitivo, embora careça de preceito cominatório, visto que se concretiza na adoção de medidas e procedimentos meramente preventivos.

QUESTÃO 98

Ainda considerando a relevância da ação civil pública para a defesa das questões ambientais, no que se refere à concessão de medidas urgentes aptas a evitar grave lesão ao meio ambiente, é correto afirmar que a tutela cautelar

- Ⓐ será sempre concedida quando houver risco ao patrimônio histórico, desde que este seja tombado pela UNESCO.
- Ⓑ é a regra e não a exceção, em se tratando, especialmente, de provimento jurisdicional de não fazer.
- Ⓒ é concedida apenas quando houver risco iminente à saúde pública e à integridade da pessoa humana.
- Ⓓ é possível, desde que exista risco iminente e comprovado, não sendo admitidas medidas precautivas, posto carecerem de comprovação científica, o que afasta o *fumus boni iuris*.

QUESTÃO 99

Quanto à tutela penal das florestas de preservação permanente, assinale a opção correta.

- Ⓐ Constitui crime ambiental destruir ou danificar esse tipo de floresta, mesmo que em formação; cortar suas árvores sem a permissão da autoridade competente; extrair dela, sem prévia autorização, pedra, areia, cal ou qualquer espécie de mineral.
- Ⓑ Será considerado crime ambiental cortar árvores e delas extrair minerais, em quaisquer circunstâncias, não existindo possibilidade legal de permissão ou autorização para fazê-lo.
- Ⓒ A destruição ou danificação das florestas de preservação permanente são consideradas crime ambiental. O corte de árvores e a extração de espécies minerais constituem apenas contravenção e, portanto, sujeitam-se somente ao pagamento de multa pecuniária.
- Ⓓ Em razão das reformas que vêm sendo efetuadas na Lei dos Crimes Ambientais, condutas como o corte de árvores, a destruição ou a danificação das florestas de preservação permanente não são mais consideradas criminosas, dada a inadequação de tal sanção com a realidade das populações tradicionais, que necessitam dos recursos florestais para sua sobrevivência.

QUESTÃO 100

Assinale a opção que apresenta o objetivo da proteção concedida às áreas de preservação permanente.

- Ⓐ Evitar a exploração econômica das áreas de preservação permanente bem como a especulação imobiliária que vem destruindo os mananciais urbanos e parques nacionais e, com isso, provocando alterações antrópicas na biota.
- Ⓑ Estabelecer o monopólio da tutela jurisdicional no foro local onde residir o autor do dano material às florestas, tratando-se de pessoa física, ou onde estiver localizada a matriz da indústria poluente, em se tratando de pessoa jurídica de direito privado.
- Ⓒ Preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica bem como o fluxo gênico da fauna e da flora, a proteção do solo e o bem-estar das populações humanas.
- Ⓓ Delimitar a circunscrição onde poderá ocorrer a prisão em flagrante do autor do dano ambiental.